

Pontificia Universidade Católica



do Rio de Janeiro

Helena Santiago de Matos

**Sob as Penas da Lei
O Adolescente Sob Risco Social
e Seu Contexto Familiar**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio

Orientadora: Profa. Terezinha Féres Carneiro

Rio de Janeiro
Janeiro de 2003

Pontificia Universidade Católica



do Rio de Janeiro

**Sob as Penas da Lei
O Adolescente Sob Risco Social
e Seu Contexto Familiar**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada

Profa. Terezinha Féres Carneiro
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Bernardo Jablonski
PUC-Rio

Profa. Maria do Carmo C. de Almeida Prado
UERJ

Prof. Jurgen Heye
Coordenador Setorial do Centro
de Teologia e Ciências Humanas

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2003

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade

Helena Santiago de Matos

Graduou-se em Psicologia em 1970 na Pontifícia Universidade Católica, terminou a especialização em Psicanálise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, ligada à International Psychoanalytic Association, desenvolveu atividade em consultório particular, fazendo parte também do corpo docente da Universidade Santa Úrsula. Pertencente à diretoria da Organização Não Governamental Fórum de Ação Social, desenvolve trabalho psicológico junto à comunidades de baixa renda

Ficha Catalográfica

Matos, Helena Santiago de

Sob as penas da lei : o adolescente sob risco social e seu contexto familiar /Helena Santiago de Matos; orientadora: Terezinha Féres Carneiro. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2003.

[7], 89 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Função materna. 3. Função paterna. 4. Construção da subjetividade. 5. Violência. 6. Desigualdade social. 7. Exclusão social. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia..III. Título.

CDD: 150

Ao José,
meu amor e cúmplice de toda vida

Ao Christiano, Adriano e Mariana,
que me proporcionam a felicidade de ser mãe

Agradecimentos

À Profa. Terezinha Féres Carneiro, peça fundamental na transformação de muitas idéias em um texto.

Às Dras. Ivone Ferreira Caetano e Anabelle Macedo Silva, respectivamente juíza e promotora da Vara de Infância e Juventude da Comarca de São João de Meriti, pela confiança que depositaram em nosso trabalho, possibilitando-nos a entrada no universo do adolescente em conflito com a lei

Às colegas Ana Patrícia Possidente, Mariana Matos e Maria Fernanda Borges, pela inestimável ajuda na elaboração e realização das entrevistas e atendimentos realizados com as famílias.

Ao CNPq., pelo auxílio recebido, possibilitando a realização desse trabalho

Resumo

Matos, Helena Santiago. **Sob as Penas da Lei - O Adolescente sob Risco Social e seu Contexto Familiar**. Rio de Janeiro, 2003. 96p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O foco do presente trabalho é a dinâmica das relações familiares de adolescentes em conflito com a lei. O estudo foi realizado a partir de entrevistas com mães de adolescentes pobres, moradores da Baixada Fluminense, que cumprem medidas socioeducativas determinadas pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de S. João de Meriti. A autora aborda aspectos psicológicos e sociais da questão, apontando fatores que, de alguma forma, facilitam a entrada do jovem, cada vez mais cedo, no universo do tráfico de drogas. Através de uma breve resenha, é destacada a histórica desigualdade social existente no Brasil, que vitimiza, há quinhentos anos, a população mais desfavorecida, empurrando-a para a margem do tecido social. O jovem oriundo de tal camada, passa a ter visibilidade a partir da prática de atos ilícitos, preocupando e atemorizando a mesma sociedade que o excluiu.

Palavras Chave

Função materna; função paterna; construção da subjetividade; violência; desigualdade social; exclusão social

Abstract

Matos, Helena Santiago. **In the name of the law: teenagers under social risk and their family context.** Rio de Janeiro, 2003. 96p. MSc. Dissertation - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This essay focuses on the relationships in families of juvenile offenders under correctional custody in Rio de Janeiro. The study is based on interviews with mothers of poor adolescents under the responsibility of judicial authorities of the district of São João de Meriti. The author emphasizes psychological and social aspects of the matter, indicating points which may collaborate for teenagers to join the drug traffic universe. A brief report of the Brazilian historical social inequality points out the victimization of the working class people, relegated to an inferior position in the society. The poor adolescents gain visibility through illicit acts, preoccupying and terrorizing the same social class that had excluded them.

Keywords

Mother's role; father's role; construction of subjectivity; violence; social inequality; social exclusion.

Sumário

1.Introdução	8
2. Violência no Contexto Social Brasileiro	13
2.1. Resenha Histórica	13
2. 2. Desigualdade Social, Pobreza e Exclusão	20
2. 3. Jovem, Sociedade e Violência	29
3. Formação da Identidade: aspectos teóricos	38
3.1. Nascimento, Infância e Adolescência	38
3.2. Vínculos Familiares	45
4. Construção do Comportamento de Risco	50
4.1. Fatores Facilitadores do Ato Infracional	50
4.2. Estudo de Casos	57
5. Considerações Finais	86
6. Referências Bibliográficas	94

*Eu no crime ironia do destino
Minha mãe tá preocupada seu filho tá perdido
Enquanto não chegar a hora da partida
A gente se cruza nas favelas da vida*

*Feio e esperto com uma cara de mau
A sociedade me criou mais um marginal
Eu tenho uma nove e uma HK
Com ódio na veia pronto para atirar*

MV Bill – Soldado do Morro

1

Introdução

A incidência de atos infracionais praticados por adolescentes vem crescendo nos últimos anos e, por esse motivo, tornando-se uma séria preocupação, não somente para as autoridades competentes como para a sociedade, de uma forma geral, que sofre as consequências dessa violência.

Por outro lado, registros do Juizado da Infância e da Juventude dão conta de que a maioria das infrações estão relacionadas, direta ou indiretamente, ao tráfico de drogas e que, com idade cada vez mais baixa, jovens e até crianças estão sendo atraídos para o mundo do crime.

Essa realidade faz com que aqueles que são popularmente denominados “*pivetes*”, despertem cada vez maior temor e sejam encarados, pela sociedade, como pessoas perigosas, que devem ser excluídas de seu convívio através de internação em instituições corretivas.

O adolescente, principalmente proveniente de camadas mais pobres da população, não só é agente da violência, mas também vítima, como demonstram os dados oficiais. Segundo estes, um em cada dois brasileiros mortos entre 15 e 24 anos é assassinado. O Estado do Rio de Janeiro detém o triste recorde no cenário nacional apresentando o maior número de mortes. A situação no Brasil é tão grave, que já possui uma incidência de homicídios de jovens superior à dos países que se encontram em estado de guerra.

Inúmeros são os trabalhos e as matérias veiculadas pela mídia traçando “*perfis*” de adolescentes em conflito com a lei e/ou de seus familiares, muitos dos quais, por serem superficiais e tendenciosos, tiram conclusões apressadas. Essa prática tende a generalizações, reforçando o preconceito já existente em relação ao jovem pobre, oriundo de periferias e favelas da cidade. A consequência mais perniciosa é o aprofundamento da exclusão social dessa parcela da população.

O presente estudo foi realizado a partir do interesse em conhecer as famílias desses jovens, saber como se constituem, que dificuldades enfrentam em seu cotidiano e que instrumentais utilizam para lidar com a situação de ter, entre seus membros, alguém envolvido com o tráfico de drogas e, conseqüentemente, com a justiça.

Não está, portanto, no escopo do trabalho, traçar nenhum perfil estático dessa população e nem mesmo levantar hipóteses sobre as causas da entrada do adolescente no mundo do tráfico de drogas, por não se acreditar que tal possibilidade seja viável sem inserir os inevitáveis rótulos freqüentemente utilizados, como o da "*família desestruturada*", que apenas se revelam empobrecedores para compreensão

A pretensão aqui é conhecer melhor o adolescente proveniente de camadas mais desfavorecidas da população, que se encontra em conflito com a lei, bem como suas relações familiares e contexto social em que vive. Busca-se conhecer quem é essa pessoa que a sociedade tanto teme como repudia e chama de "*pivete*".

A complexidade do tema comporta inúmeras abordagens, tais como social, antropológica, psicológica, histórica, econômica, jurídica, etc, porém aqui serão privilegiados apenas os aspectos psicológicos e sociais.

É conhecida a absurda desigualdade social com que o Brasil convive desde seu descobrimento. Tal desigualdade perpassa toda a dinâmica da sociedade e encontra-se presente na disparidade de distribuição de renda, na discriminação racial, na exclusão social das camadas desprivilegiadas e, até mesmo, na diferença de aplicação de punição entre ricos e pobres.

O jovem em conflito com a lei, se proveniente de estratos mais pobres da sociedade, é percebido de forma bastante diferente daquele adolescente oriundo de classes média ou alta. Este último, em geral, é visto como "*adolescente problemático*", necessitado de tratamento psicológico, enquanto o outro é, *a priori*, considerado "*bandido*".

Essa avaliação tão dispar dos fatos parece estar relacionada à herança de uma cultura escravagista entranhada na sociedade brasileira. A população pobre, independente da cor de sua pele, representa, hoje, o que foram os escravos no passado. Essa camada da população era totalmente excluída do tecido social, discriminada e sujeita a castigos que jamais se

pensaria aplicar aos brancos. Os pertencentes às classes economicamente privilegiadas na atualidade correspondem aos brancos no passado.

O estudo sobre esse jovem pobre que se encontra em conflito com a lei foi realizado a partir de pesquisa de campo desenvolvida na 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de S. João de Meriti, na Baixada Fluminense. Psicólogos e psicanalistas da organização não governamental Fórum de Ação Social - FAS em parceria com esse Juizado, estruturaram o Programa de Atendimento Integrado - PAI - onde prestam assistência psicológica não só aos jovens como a seus familiares.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado material de entrevistas individuais realizadas com responsáveis pelos adolescentes, tendo o referencial teórico psicanalítico como base para compreensão.

O primeiro capítulo, dedicado ao tema “Violência no Contexto Social Brasileiro”, inicia-se com uma “Resenha Histórica” onde é discutida a situação das camadas desprivilegiadas da população desde o descobrimento, partindo da escravização do povo indígena, passando pelo Brasil Colônia, onde é focalizada principalmente a situação dos escravos trazidos da África. São abordados também alguns marcos como abolição do regime escravocrata e suas consequências para os negros, finalizando com o Brasil República, onde é estudado o tratamento dado à população pobre até os dias de hoje.

Em seguida, são abordados e discutidos os conceitos de “Desigualdade Social, Pobreza e Exclusão”, muitas vezes confundidos ou entendidos como sinônimos. A desigualdade social é uma característica da sociedade brasileira, uma vez que se arrasta há quinhentos anos de forma imutável, atingindo hoje um índice bastante preocupante.

Organismos internacionais não só preocupam-se com a situação brasileira, como criticam duramente os governantes. Estudos revelam que os índices alcançados pelo Brasil se equiparam ao de países africanos muito pobres. A ONU faz previsões sombrias, segundo as quais 70% da população brasileira estará, no futuro, vivendo na miséria, ou seja, abaixo da linha de pobreza, caso os governos não invistam em políticas sociais.

O conceito de pobreza se refere à situação de vida de uma camada do tecido social que se vê impossibilitada de possuir recursos para viver uma vida com um mínimo de dignidade. A partir da dificuldade de obter proventos

para sua subsistência, essa população perde também a sua visibilidade perante a sociedade, vive à margem. Aos poucos vai tornando-se incapaz de lutar por seus direitos de cidadãos tais como trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, etc

A exclusão social faz parte da construção da sociedade brasileira, e, permanece introjetada em nossa cultura até os dias de hoje. O paradigma colonizador-colonizado se expandiu rapidamente para relação senhor-escravo. O regime escravocrata aprofundou as disparidades sociais a partir da cor, limitando a condição humana apenas aos brancos.

Desde a abolição da escravidão, ao invés da inclusão dos libertos na sociedade, observa-se que, ao contrário, a exclusão ultrapassou as fronteiras da cor. Tal realidade atualmente se expressa através das relações entre uma minoria privilegiada, formada pelas classes de maior poder aquisitivo, e uma imensa maioria de pobres e miseráveis marginalizados.

Ainda neste capítulo sob o título “Jovem, Sociedade e Violência”, é desenvolvido o tema da relação de mútua violência entre a sociedade e o adolescente pobre e, mais especificamente, aquele que cometeu ato infracional. A hostilidade e o temor que esse jovem desperta nas camadas privilegiadas o leva a viver à margem do tecido social, concentrando em si próprio vários estigmas, como o da pobreza, da cor (na maioria não brancos) e o da criminalidade.

O terceiro capítulo, “Formação da Identidade” é dedicado ao enfoque psicológico da questão, sendo iniciado pelo estudo teórico do desenvolvimento do adolescente em geral, e, mais especificamente, daquele que se encontra em situação de risco social, buscando entender a construção de sua subjetividade.

Discute-se, na primeira parte, sob o título “Nascimento, Infância e Adolescência”, aspectos relativos ao desenvolvimento emocional do indivíduo. Inicia-se com as necessidades afetivas básicas do bebê ao nascer, passando ao transcurso dos primeiros anos de vida até a entrada na adolescência, com as características dessa etapa de vida.

Na adolescência, o ser humano encontra-se ainda em condição de dependência emocional da estrutura familiar, portanto seria impossível entender o jovem, objeto do estudo, sem focar os “Vínculos Familiares”,

tema apresentado na segunda parte do capítulo. É discutida a dinâmica da família, relações precoces com figuras parentais e demais familiares com quem conviveu e convive; entrada na adolescência, conflitos decorrentes e busca de soluções.

No capítulo quatro, dedicado à “Construção do Comportamento de Risco”, primeiramente são discutidos os “Fatores Facilitadores do Ato Infracional”, onde se estudam os possíveis fatores psicológicos e sociais que facilitariam a ocorrência da prática de atos infracionais cometidos por adolescentes, em escala crescente na atualidade.

Em seguida, no “Estudo de Caso”, são apresentadas e analisadas seis entrevistas realizadas com famílias assistidas no Juizado da Infância e Adolescência, focalizando a estrutura familiar, sua dinâmica interna e inserção no contexto social. É feita também a comparação entre as relações com as figuras parentais desses adolescentes e de suas mães com os pais delas, portanto abrangendo assim o estudo de duas gerações

Nas “Considerações Finais”, a partir dos resultados do estudo de casos, são ressaltados os aspectos psicológicos e sociais presentes na dinâmica das famílias dos adolescentes que se encontram sob as penas da lei.

2

Violência no Contexto Social Brasileiro

2.1

Resenha Histórica

Por ocasião do descobrimento do Brasil, já nos falam os historiadores da existência de degredados trazidos para povoar a nova terra. A colônia recém descoberta recebe como habitantes, em seu nascimento, os marginalizados da sociedade portuguesa, para posteriormente ao longo da história, abrigar um contingente bastante expressivo de outro tipo de segregados, estes originários da África.

A esquadra comandada por Cabral encontrou nativos povoando a terra, o que não provocou, de início, maiores conflitos: os contatos limitavam-se ao escambo, a partir do qual os portugueses ofereciam quinquilharias em troca de mercadorias mais valiosas como o pau-brasil. A partir de 1534 essas relações amistosas começaram, porém, a sofrer alterações, porque nessa época os colonizadores decidiram iniciar a agricultura no Brasil. Se por um lado necessitavam da força de trabalho dos gentios, por outro lado dependiam da terra para o plantio, terra essa até então ocupada por eles, seus proprietários naturais.

Iniciava-se, assim, a cultura escravagista que dominou o cenário da política colonial no Brasil. Em *O Livro de Ouro da História do Brasil* (2001) Priore e Venâncio (2001) referindo-se aos índios, afirmam:

“submetê-los, sujeitá-los, escravizá-los, negociá-los passou a ser a grande preocupação. Mas preocupação de quem? Primeiro para os donatários das 12 capitanias atribuídas por D. João III, rei de Portugal em 1534” (p.31)

A colonização da nova terra conquistada por Portugal era inaugurada a partir de um modelo econômico que se perpetuaria por séculos e que se estabeleceu através de dois pilares principais: o cultivo da cana de açúcar e a mão de obra escrava. Em paralelo, surgia outro rendoso negócio, o comércio da caça aos índios também denominados “*negros da terra*” para distinguí-los

dos “negros da Guiné”, que começaram a ser traficados em número expressivo a partir de 1550.

Há uma idéia generalizada segundo a qual os portugueses não conseguiram escravizar os indígenas, e por isso tiveram que recorrer ao tráfico de africanos, porém documentos da época constataam uma realidade diversa. D João III ao criar o sistema de Governos Gerais, conferiu maiores poderes aos governadores para a caça aos nativos e instalou o que denominou “*grande terror*”, com recomendações de aplicação de castigos exemplares aos que se insurgissem tais como “*amarrá-los à boca de canhões e fazê-los explodir*”. (op.cit. p.34)

Uma das piores formas de opressão e sofrimento que a Humanidade produziu até hoje foi, sem dúvida, a escravização de toda uma população negra africana, brutalidade que se consumou sob a égide da maioria branca, independente de nacionalidade.

Durante mais de três séculos no Brasil, diversas gerações de negros padeceram nas senzalas, nos calabouços e nos pelourinhos. Sofrendo toda espécie de humilhação e tortura física, psicológica, moral, social, tortura que na maioria das vezes os conduziu à morte prematura. Tal provação, por toda sua extensão temporal e geográfica, atingiu um número de pessoas infinitamente maior que outros horrores vividos bem mais recentemente, como o holocausto judeu ou a destruição causada pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki. Estes últimos, porém, resultantes de situação de exceção como a de uma guerra mundial.

A importação de negros foi a solução encontrada para contornar o *déficit* de mão de obra, obstáculo encontrado pelo colonizador, para expansão dos negócios. O indígena continuou a ser escravizado até o século XVIII, porém a mortalidade decorrente do trabalho forçado e de epidemias gerava grandes baixas na força de trabalho. Por outro lado, por conhecerem a geografia da terra muito melhor que os portugueses, tribos inteiras se embrenhavam em fuga pelo interior. À proporção que os proprietários de terras progrediam financeiramente, optavam pelo escravo, produto importado da África. A demanda cada vez era maior, já que as áreas de plantação também se expandiam.

Dentre a população escravizada, os negros eram considerados os mais fortes, e por isso a eles era destinado o trabalho mais pesado na agricultura. Os “*crioulos*”, como eram denominados os já nascidos no Brasil, e os “*mulatos*”, os de pele mais clara, permaneciam na casa-grande das fazendas, onde realizavam afazeres domésticos e também trabalhavam como artesãos.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a população negra escravizada cresceu vertiginosamente através do tráfico atlântico. Dados numéricos constataam o expressivo desenvolvimento desse comércio: até 1808 havia só no Rio de Janeiro, cerca de 9.000 escravos, e em escalada crescente os arquivos registram num espaço de cerca de vinte anos, em 1830, o número ultrapassa a marca dos 24.000, o que representava nada menos que a metade da população carioca na época (Góes e Florentino, 1999).

Em todo território nacional, no ano de 1872 o universo escravo era da ordem de 1.510.000 para uma população livre de 8.601.255 (Ianni, 1988). No que se tange a crianças, as referências de arquivos não falam de tráfico, o comércio começa a existir a partir da puberdade, em torno de onze anos, quando o pequeno escravo já significa mão de obra produtiva.

O percentual de mortalidade infantil, já muito alta nesse tempo, no que se refere à população escrava era ainda mais alto; estatísticas registram que cerca de 80% das crianças nascidas em fazendas não completavam cinco anos de idade. O número de mortes de escravos adultos também era bastante elevado, o que gerava como consequência um acentuado número de órfãos entre as crianças que sobreviviam.

O adestramento do pequeno escravo iniciava-se em torno dos quatro anos de idade, de forma que aos doze considerava-se o aprendizado completo, podendo então exercer as mesmas atividades de qualquer adulto.

O comércio de negros era um negócio bastante lucrativo, o valor do escravo crescia de forma considerável de acordo com a faixa etária e habilidades aprendidas. Dessa forma o preço de uma criança de quatro anos subia em 60% aos sete e dobrava aos onze, valendo aos quatorze anos tanto quanto um adulto (op.cit.)

A população escravizada, porém, criou estratégias de reação à brutalidade vivenciada desde o arrancamento de seu *habitat* até o

rompimento de laços familiares e sociais a que foi submetida. Uma das mais importantes formas reação ao domínio branco foi a criação de comunidades, algumas bastante bem estruturadas – os quilombos, onde passavam a viver os escravos que conseguiam fugir.

Essa denominação foi inspirada nos *kilombos*, acampamentos fortificados de cunho político e religioso surgidos na África, que tinham como objetivo lutar contra a escravização e imigração compulsória de sua população, bem como desbaratar a estrutura do tráfico criada pela côrte portuguesa.

Dos inúmeros quilombos fundados no Brasil, o mais famoso foi, sem dúvida, o de Palmares, por ter resistido aos ataques dos brancos portugueses e holandeses durante cem anos, e também por ter chegado a abrigar uma população de cerca de dez mil pessoas, entre índios, negros, mulatos e brancos.

Uma das últimas expedições, chefiada pelo português Fernão Carrilho também não teve sucesso, é interessante, porém, observar seu comentário transcrito por Priore e Venâncio (2001) ao comparar a guerra contra os aquilombados com a vitoriosa expulsão dos holandeses pelos portugueses:

“Na guerra contra os flamengos pelejava-se contra homens. Em Palmares, a luta era contra o sofrimento, a fome do sertão, o inacessível dos montes, o impenetrável dos bosques, os brutos que o habitam” (p.75)

Nesse relato fica claro o quanto o sofrimento compartilhado dessa população lhe conferia uma força quase invencível. Em algumas regiões do Brasil, porém, houve uma verdadeira inserção social dos aquilombados na comunidade constituída de brancos.

A convivência era pacífica uma vez que os negros fugidos prestavam serviços às famílias brancas, faziam escambo principalmente com produtos por eles cultivados, que eram trocados com taberneiros. Em Minas, as trocas mais comuns eram de diamantes e ouro por bens necessários ao quilombo, como alguns tipos de alimento e até armas.

Ainda como mecanismo defensivo de sobrevivência, os escravos no Brasil preservaram e transmitiram aos filhos e netos suas tradições através das práticas culturais e religiosas, algumas oriundas de sua terra natal e

outras criadas já nas senzalas brasileiras em função das desumanas circunstâncias em que viviam.

O africano deixou um rico legado cultural que indiscutivelmente se constitui em um dos alicerces formadores da identidade do povo brasileiro. Dentre outras expressões dessa cultura, se destaca a Capoeira, utilizada ao mesmo tempo como instrumento de defesa do negro escravizado contra o violento aparato policial e como brincadeira, que ajudava a desfrutar as poucas horas de lazer. Esse dupla serventia da Capoeira leva o alemão Johan Moritz Rugendas, retratando a vida dos escravos, a pintar o quadro intitulado "*Jogar Capoeira ou Danse de la Guerre*" em 1835 que é considerado o primeiro registro preciso sobre a capoeira no Brasil. Até 1850 a prática da capoeira é essencialmente escrava, servindo, ainda, como suporte para reconstrução de laços sociais rompidos pelo abrupto arrancamento de sua terra natal.

No universo religioso, o Candomblé surge inicialmente como uma expressão de resistência à religião dos senhores e reação aos suplícios porque passavam, interpretados como comprovação da condição de povo esquecido aos olhos do deus dos brancos. Os rituais serviam a uma espécie de catarse, onde exorcisavam as agruras da vida, batucando, dançando e cantando.

O término da Guerra do Paraguai marcou a aceleração do desenvolvimento do modelo capitalista no Brasil, e em torno de 1870 começaram a surgir as incompatibilidades entre esse modelo em expansão e a sociedade escravista.

Dois sustentáculos do Estado brasileiro, Igreja e Exército, tomaram posições antagônicas em relação à abolição da escravatura, e à proclamação da República, o que ocasionou a concomitância temporal entre a campanha abolicionista, defendida pela Igreja e o movimento republicano defendido pelo Exército. Por esse motivo, tais mudanças institucionais ocorreram, em nossa história, com menos de um ano de diferença.

A abolição do sistema escravagista defendido pela aristocracia rural cedeu espaço às idéias da burguesia cafeeira situada no interior paulista, classe social em franca ascensão na época.

A libertação, porém, não trouxe grande alívio ao sofrimento da população escravizada. Bastide e Fernandes (1959) afirmam:

Os anos posteriores à Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorrido mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações, os efeitos das comoções que destruíram a ordem social escravocrata e projetaram os ex-escravos na arena de competição aberta com os brancos. (p. 54)

Apesar de homem livre, o ex-escravo não atinge a condição de cidadão. A classe pobre no Brasil, que tem suas raízes na população escravizada, de certa forma sofre a mesma condenação à exclusão ainda hoje. Ocupa, no tecido social, o espaço do trabalho não qualificado e, por isso, mal remunerado, seus direitos e oportunidades na sociedade são muito limitados, o que impede de exercer de forma plena sua cidadania.

Há uma discussão entre diversos estudiosos, que extrapola os limites desse trabalho, sobre a instauração de um movimento de reestruturação social no final do século XIX e início do XX, como consequência da abolição da escravidão. Nessa ocasião, foi necessária uma reordenação modernizadora na sociedade, sendo adotados moldes burgueses franceses como padrão ideal para as classes dominantes. Por outro lado, as camadas mais pobres formadas principalmente por ex-escravos agora libertos, passariam por uma forte pressão, a partir de decretos, no sentido de imposição de mudança ou adoção de valores e formas de interação familiar compatíveis com a nova ordem social. Segundo essa visão, era necessário inculcar valores de honra e moralidade nos segmentos desprivilegiados, uma vez que a burguesia considerava as práticas desses grupos familiares ameaçadoras à ordenação da sociedade que se desejava formar.

A existência de muitas famílias monoparentais ocorria não só por motivos econômicos, mas também por costumes e valores próprios deste segmento da população, o que contradizia os interesses da sociedade capitalista nesse período pós-escravidão.

Considerava-se imprescindível para o bom desempenho do operário e conseqüente aumento da produção a estabilidade familiar, que só poderia existir graças ao trabalho doméstico invisível, desempenhado pela

companheira. Os trabalhadores casados *regularmente* tinham, por isso, maiores oportunidades profissionais.

Apesar de um longo e sangrento passado escravocrata e de uma indiscutível disparidade na distribuição de renda que permeia nossa história até os dias atuais, o mito do país pacífico teima em habitar o imaginário do brasileiro em geral.

Foi criada, pelo brasileiro, uma auto-imagem de povo não violento, cordial e alegre, sempre disposto a festejar qualquer acontecimento. A população também considera que em nossa sociedade não há preconceito racial, uma vez que houve miscigenação em alta escala. Esses estereótipos revelam, porém, uma grave negação da realidade, tanto no que se refere ao passado como ao presente.

A estruturação da sociedade brasileira teve como paradigma a violência; as relações de poder se firmaram através da submissão das camadas desprivilegiadas, através da brutalidade, desde sempre. A cultura da violência se expressa principalmente nas relações senhor-escravo. Tal característica aparece ao longo do tempo, porém, sob inúmeras facetas como num caleidoscópio. Decretos impondo modos de conduta à população pobre no passado, correspondem às políticas públicas atuais que levam ao aprofundamento da miséria geradora da exclusão social. Outro sinal bastante visível é a atuação violenta do aparato policial dirigida à população de favelas e periferias.

Os crimes de corrupção por parte de autoridades legitimadas pelo voto do próprio povo, são expressões disfarçadas do desprezo por essa mesma população. A pior dessas facetas, porém, é a absurda desigualdade social que caracteriza nossa sociedade desde o descobrimento do Brasil.

2.2.

Desigualdade Social, Pobreza e Exclusão

Não parece ser por mero acaso que os conceitos de desigualdade social, pobreza e exclusão são muitas vezes confundidos, uma vez que em algumas situações, encontraram-se realmente associados. A desigualdade social está relacionada à distribuição diferenciada do total da riqueza produzida por uma sociedade, de forma que uma camada concentra maior quantidade em detrimento de outras.

Entre todos os países do mundo, o Brasil situa-se em um alarmante patamar onde as desigualdades sociais são das maiores existentes, comparável às da África do Sul, com o agravante de que tal situação tem início na época do descobrimento e se mantém inalterada até os dias atuais; autoridades em economia afirmam:

"Trazemos cinco séculos de renda concentrada. O Brasil começou mal", diz o professor Joaquim Pinto de Andrade, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

"Trata-se do resultado de exclusões acumuladas ao longo dos séculos", reforça Roberto Martins, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) " (O Estado de S.Paulo edição de 22/7/2001)

Já a pobreza é definida por Nascimento, E.P.(2000) como:

" a situação em que se encontram membros de determinada sociedade, de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não tem condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas" (p. 58)

O autor ressalta, porém, que vida digna e necessidades básicas não são categorias absolutas, elas sofrem variação de acordo com momento histórico e localização geográfica. Embora a disparidade social possa determinar a pobreza, esta pode existir sem pobreza, ao passo que é possível encontrar países em que há pouca desigualdade, e a maioria da população vive na pobreza.

No Brasil a exclusão social encontra-se arraigada na própria formação de uma sociedade colonizada, que já partiu do conceito discriminador entre colonizador e colonizado. Soma-se a isso o processo de escravidão, que

restringiu a condição humana apenas à elite e fez de negros e índios objetos de demonstração de riqueza. A história brasileira mostra, portanto, inúmeros obstáculos em estender a universalidade da condição humana a todos os brasileiros.

A Organização da Nações Unidas (ONU) realiza, anualmente, pesquisas com objetivo de verificar o nível de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento de um país. ou região. Para mensurá-lo, recorre ao instrumento denominado Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede *varáveis* como: *Longevidade* (refere-se à esperança de vida ao nascer); *Renda* (quantifica a renda familiar *per capita*) e *Educação* (levanta a taxa de alfabetização e o número médio de anos de estudo)

A ONU, desde a publicação do índice IDH, vem criticando duramente a situação em que se encontra o Brasil. Os índices alcançados por nosso país, fazem com que há vinte e sete anos detenha o triste título de campeão em desigualdade social. Em alguns estados do Nordeste 70% da população vive na miséria, ou seja, abaixo da linha de pobreza, fato que torna urgente a ação dos governos no sentido de que invistam em políticas sociais. Vários são os fatores determinantes de tal situação, dentre eles destacam-se a exclusão e desigualdade social.

São alarmantes os números que detectam a desigualdade de renda no Brasil, a renda média dos 10% mais ricos é cerca de 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres, o que desencadeia paralelamente o surgimento de outras formas de desigualdades como a educacional, a ocupacional, a de habitação, etc.

Como se pode constatar, não é a existência do segmento situado na linha de extrema pobreza que faz do Brasil um país desigual, mas sim a elevadíssima renda média dos poucos mais ricos. Esse desnível vem crescendo de forma preocupante, sendo hoje bem mais profundo do que o existente há vinte anos atrás.

A socióloga Carvalho em seu artigo *Violência no Rio de Janeiro: uma Reflexão Política* (2000) faz uma análise da situação das classes desfavorecidas que vai além da unanimidade do discurso sobre igualdade x desigualdade social; sua abordagem situa-se no conceito de liberdade, ou melhor, da impossibilidade da população mais pobre exercer seu direito a

viver em liberdade plena. Considera a autora que o desencadear da onda de violência que atinge a sociedade em nossos dias.

“é resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à Cidade” (p. 48)

Carvalho tece considerações sobre o que denomina *não incorporação à Cidade*, demonstrando como parece haver um grande abismo entre as medidas tomadas pelo poder público e as efetivas necessidades das comunidades mais pobres. Dentre essas medidas, a mais evidente é transferência arbitrária de favelas inteiras para locais distantes, sem consulta prévia, descaracterizando esses segmentos. A autora conclui que

“à escassez de cidade corresponderia o comportamento predatório e belicoso, associado à satisfação privada de interesses e permeável à liderança de patronos, inclusive daqueles ligados à contravenção e ao crime”(p. 49)

O afastamento gradual do segmento mais pobre da vivência democrática em seu cotidiano ocorreu no país inteiro, mas teve suas especificidades de acordo com a região. No Rio de Janeiro, surgiu o fenômeno da divisão da população em grandes agrupamentos antagônicos liderados por *patronos*, que nada mais são que chefes de facções do mundo do tráfico de drogas, que os comandam exercendo poder tirânico.

O conceito de exclusão social diz respeito ao não reconhecimento de direitos comuns a todos, a um determinado grupo de indivíduos, que se vê colocado à margem da sociedade. Para Nascimento (2000),

"o conceito de exclusão social aproxima-se de discriminação racial, sexual, religiosa ou outra. Assim, toda discriminação ou rejeição social seria uma forma de exclusão"(p. 61)

Na história da humanidade a exclusão social sempre esteve presente, e não necessariamente aliada à condição econômica. Todos os judeus pobres ou ricos na Alemanha nazista formavam um grupo de excluídos. Os leprosos, desde os tempos bíblicos, foram segregados como meio encontrado, na época, para proteção da sociedade. Em fins do século XV, a

exclusão do convívio social como medida protetiva desloca-se para os portadores de doenças venéreas e posteriormente para os doentes mentais.

Na contemporaneidade foi identificada mais uma forma de exclusão, que se refere àqueles que *não têm direitos a ter direitos*, e, nessa condição, a sociedade arbitra por sua extinção. Assim, vemos a população mais pobre atingida pela violência policial, por grandes chacinas, a *"justiça"* realizada por justiceiros ou grupos de extermínio, e fenômenos como a adesão por uma parte da população, do slogan *"bandido bom é bandido morto"*.

É relevante traçar uma linha demarcatória entre exclusão social e pobreza. A exclusão social também se refere à discriminação e estigmatização, uma vez que traz em seu bojo categorias culturais e éticas. Pobre é aquele que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, idade avançada ou opção homossexual. A exclusão abrange valores culturais e diversas discriminações, o que não significa que o pobre não seja discriminado.

A exclusão social é vista pelo o Serviço de Estatísticas da Comissão Européia, o EUROSTAT, como um fenômeno complexo e multisetorial, que impede os indivíduos de participarem plenamente na sociedade. A noção de exclusão social difere do conceito de pobreza, e surgiu no final dos anos 80 a partir do aparecimento de novas formas de privação no mundo contemporâneo.

Tais formas resultam de processos socioeconômicos que vêm acrescentar a uma situação de desemprego ou de impossibilidade de encontrar um primeiro emprego. Há uma degradação dos laços de pertença e, portanto, uma carência de relações sociais.

A exclusão pressupõe uma privação de natureza diferente da pobreza: os excluídos são privados também de ter opinião e direitos, em última instância, privados de ter existência política; sua invisibilidade social acarreta o aumento da tolerância da sociedade em relação às desigualdades.

Ainda de acordo com o EUROSTAT, haveria também uma certa *"geografia da exclusão social"*, conceito semelhante ao de gueto, representado por favelas, periferias e bairros onde se concentram pessoas de baixo poder aquisitivo. Quando, porém, um grande número de pessoas

pobres ou vítimas das mesmas formas de exclusão se concentram nestes espaços, a exclusão torna-se visível.

A exclusão social traduz-se sobretudo na impossibilidade de acesso aos serviços básicos como moradia e alimentação, que asseguram a sobrevivência e um mínimo de dignidade humana. O segmento mais seriamente atingido pela violência e exclusão social é, sem dúvida, o de crianças e adolescentes.

Pesquisa realizada pela organização não governamental Viva Rio atesta o fato com dados numéricos. Em 2001, as armas de fogo eram responsáveis por 65% das mortes de rapazes de 15 a 19 anos no Estado do Rio de Janeiro. Uma década atrás, elas representavam 35%, ou seja, quase a metade. O número de homicídios de jovens no Brasil supera o de países que vivem em estado de guerra, como Israel, Croácia, Eslovênia e Irlanda do Norte, revela a pesquisa Violência e Emigração Internacional da Juventude. De acordo com o levantamento, em 1997, de cada grupo de 100 mil jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino 80 foram assassinados. No mesmo ano, os Estados Unidos registraram 27,9 homicídios por 100 mil habitantes dessa faixa etária, o percentual na Argentina é de 10,7; e em Israel atinge 1,9.

O estudo analisou os efeitos da violência contra o jovem nas duas últimas décadas do século passado. Revela que, em 1980, ocorreram 16.908 mortes por causas não naturais, das quais, 25,6% foram homicídios.

Quase vinte anos depois, em 1999, os dados tornaram-se mais alarmantes. Houve 116.778 jovens mortos por causas externas e 51,4% deles foram assassinados. Isso significa que um em cada dois brasileiros mortos nessa faixa etária é vítima de homicídio. O Estado do Rio é o campeão da mortalidade juvenil: 108 em cada 100 mil jovens morreram de forma violenta.

Outros indicadores confirmam o inegável prejuízo sofrido pelas crianças moradoras em favelas, periferias e até mesmo nas ruas, decorrente da escalada da violência. Atividades ligadas à criminalidade estenderam seus tentáculos atingindo até crianças situadas na faixa entre sete e quatorze anos de idade.

Em estimativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 3.100 já se tornaram força de trabalho aliciadas pelo tráfico de drogas. Esses dados são

calculados tomando como base, os casos registrados da 2ª Vara da Infância e da Juventude. (O GLOBO – 2001)

Muitos são os estudos sobre a relação entre pobreza e criminalidade. Jaguaribe (1987) considera a existência de uma relação de causa e efeito entre pobreza e criminalidade, explicando o aumento desta a partir do rápido crescimento urbano, derivado da evasão rural.

Segundo seu pensamento, a crescente ampliação da atividade industrial em paralelo à subtração de postos de trabalho no meio rural, elevou a migração. Esse fator fez com que grandes massas populares se instalassem no meio urbano e, não tendo moradia, se acumulassem em condições precárias em espaços urbanos diminutos, como favelas ou periferias das cidades.

Em artigo publicado no Jornal do Brasil em 21/8/87 sob o título *A Rocinha e o Abismo da Miséria*, Jaguaribe considera que muitas pessoas por falta de opção e condenadas à miséria estariam mais vulneráveis e seriam mais facilmente atraídas pela sedução do ganho através de atividades marginais e ilícitas.

A primeira aglomeração de moradias que recebeu o nome de favela surgiu no Rio de Janeiro em 1897. A população de moradores era formada por soldados sobreviventes da Guerra de Canudos, que haviam acampado num morro em Canudos, onde era abundante uma planta com favas denominada faveleira. Como em um morro localizado atrás da Central do Brasil foram encontrados arbustos idênticos, foi feita uma associação entre as duas localidades, assim, recebeu o nome de Morro da Favela, hoje Morro da Providência

Esses ex-combatentes não tiveram por parte do poder público nenhum tipo de reconhecimento por seu trabalho na frente de batalha. Não encontrando melhores condições de sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro, passaram a se amontoar no morro no Centro.

Ao tomar posse em 1903, o Prefeito Pereira Passos, voltado para os padrões arquitetônicos franceses de propôs a transformar a capital da República, até então uma cidade feia e suja, em uma metrópole. Com objetivo de materializar esse sonho, a prefeitura destruía tudo que pudesse representar obstáculo à sua realização.

Mais uma vez, a população pobre é castigada por políticas públicas planejadas e executadas sem que, ao menos, seja levado em conta sua existência. Os imóveis que obstruíam o caminho da obra, constituído em sua maioria por cortiços que abrigavam a população operária, foram totalmente demolidos.

Aos proprietários que de uma hora para outra receberam o aviso da desapropriação com poucos dias para a mudança, só restava sair o mais rapidamente possível. Ao todo foram demolidos 640 imóveis e a população só encontrou como opção de moradia juntar-se aos soldados vindos de Canudos, no Morro da Favela. Posteriormente, a palavra *favela* passou a denominar todos os espaços semelhantes em morros, áreas desvalorizadas e na periferia das cidades. (Pereira Passos manda demolir o Rio colonial - JB online)

No imaginário das classes média e alta parece haver uma forte associação entre o pobre e o criminoso, associação essa que por vezes se evidencia até mesmo em nível de autoridades estatais. De uma forma geral, estas ao desejarem formular políticas de combate ao crime, na realidade produzem políticas de repressão às classes consideradas violentas, como os residentes em favelas e periferias das cidades, o que se revela uma tendência à criminalização da pobreza.

O mesmo conceito se expressa através do maniqueísmo da mídia, que ao se referir ao jovem pobre faz uma imediata relação com a violência. Para os meios de comunicação parece existir um grupo social violento formado por pessoas pobres e outro, constituído de ricos, que teria que se defender. Através dessa visão, a cidade estaria dividida em cidadãos bons, pertencentes às classes média e alta, que seriam vítimas daqueles maus, representados pelos pobres, retratados como bandidos.

Padua (2001) no artigo *Evangelizar uma Cultura Violenta* assinala a inconsistência dos dados que ligam a criminalidade às classes mais pobres. Afirmo a autora que a maioria dos estudos sobre violência, não por acaso, são feitos entre as comunidades pobres, o que levaria a resultados tendenciosos. Outro argumento contrário à associação pobreza-criminalidade é de que a desorganização familiar e comunitária, ao contrário do que se pensa, não se confirma através de pesquisas.

Para Foucault (1979) o poder não é um objeto que se conquista ou se oferece, se ganha ou se perde, traduz-se por uma relação de forças que circula em rede e perpassa por todos os indivíduos. Neste sentido, não existe ninguém sem poder.

Em qualquer sociedade ocorrem lutas de forças, mais ou menos perceptíveis, porém sempre presentes. Onde há poder, segundo Foucault, há resistência que vai se constituir como uma nova forma de poder.

O poder exercido pelo chefe do tráfico de drogas sobre a população das favelas, periferias e por vezes da cidade como um todo, ou pelo adolescente armado nas ruas, pode ser enfocado de inúmeras formas. Dentre outras, poderá ser a expressão da revolta contra a discriminação, pobreza e falta de oportunidades geradoras da exclusão social. No artigo *Banditismo Social* publicado no jornal O Globo, Severo (2001) nos diz, referindo-se ao Rio de Janeiro:

“Aqui se verifica, em larga escala, a explosão de um fenômeno próximo dos movimentos arcaicos ou pré-políticos estudados por Hobsbawn. Uma espécie de revanche dos vencidos, promovida por uma imensa parcela da população possuída de um vago desejo de impor a reparação de injustiças seculares” (O Globo)

No mesmo artigo, Severo cita e discorda de Eric Hobsbawn que definiu o banditismo social como um movimento de massa que expressa o desejo de vingança de parte de uma população oprimida, contra supostos opressores. Os poderosos seriam castigados, revelando a força do segmento desprivilegiado. A autora, porém, alerta para o que considera exagero dos historiadores utópicos; na realidade, para ela, a principal motivação dos chefes de facções do tráfico de drogas está muito mais relacionada com interesses próprios como a demonstração de poder do que ligado a alguma causa social. Afirma ainda ao se referir às profundas desigualdades sociais no Brasil:

... “o *apartheid* social atinge de forma crucial a população negra, além de cerca de 30% daqueles que sobrevivem com uma renda familiar de até dois salários-mínimos. É dentro desse caldeirão paradoxal que desponta a força do crime organizado, poderosíssima válvula de escape para este exército de desvalidos”. (op.cit.)

No que se refere a crianças e adolescentes pobres menores de quatorze anos, os registros do governo apontam para um número superior a

vinte e sete mil em todo o Estado do Rio de Janeiro que trabalham como camelôs, engraxates e em lixões, atividades lícitas, embora proibidas em função da idade. A crise econômica que há décadas atinge o Brasil agrava e aprofunda a situação do desemprego, assim, os pais usam o trabalho dos filhos para sobreviver.

O tráfico de drogas convoca cada vez um numero maior de crianças de até doze anos; é a sua força de trabalho preferencial, porque pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o menor só é considerado infrator a partir dessa idade. Até esse limite de idade não pode ser punido, e é encaminhado para os conselhos tutelares sendo posteriormente interno em abrigos, de onde pode sair a qualquer momento. Muitas vezes as crianças entram no tráfico por falta de expectativa profissional.

Em reportagem publicada pelo jornal O Globo sob o sugestivo título “*O primeiro e último emprego*” são divulgados dados bastante preocupantes sobre a realidade da juventude brasileira, em especial a residente no Rio de Janeiro.

“A necessidade de emprego somada à falta de oportunidades transformou o tráfico de drogas no maior empregador de jovens do Rio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), 12.527 crianças e jovens de 8 a 18 anos trabalham hoje no tráfico de drogas em 232 favelas cariocas, sendo 5.773 com idades entre 15 e 17 anos.

Nesta mesma faixa etária — segundo a pesquisa mensal de empregos do IBGE de 2002 para a região metropolitana do Rio de Janeiro — estão empregados no mercado regular apenas 1,1% do universo de 287.837 adolescentes.

Ou seja: menos de 3.200 jovens trabalham regularmente sem risco de serem presos ou mortos.” (2002)

É o Juiz da Infância e da Juventude, Dr Siro Darlan (1998) quem afirma a respeito do jovem em conflito com a lei:

"nós, como sociedade infratora, geramos essas crianças que, desprovidas de seus direitos fundamentais, acabam buscando a sobrevivência a partir da prática de pequenos ilícitos". (p. 62)

É essa mesma sociedade que por um lado busca medidas paliativas para solucionar problemas da mais alta relevância e por outro, através delas tenta se eximir de qualquer responsabilidade no que tange à disparidade social que diariamente atua como fábrica de excluídos.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Orçamento, publicado na edição de 22/4/2002 do Jornal do Brasil revela a importância da escolaridade no aumento da renda dos trabalhadores brasileiros.

A pesquisa mostra que a defasagem na escolaridade é responsável por 40% da diferença de salários no mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, a defasagem salarial entre a força de trabalho é 72% menor que a brasileira. A partir dos dados do IPEA em pesquisas semelhantes, realizadas nos anos noventa, foi possível até mesmo estimar o retorno financeiro obtido com a permanência na escola.

Pesquisa realizada em 2002 pela organização não governamental Viva Rio tendo como universo jovens de quinze a vinte e nove anos fora da escola, analisa a situação social de risco em que eles se encontram.

No município do Rio de Janeiro, 27,6% de 1.022.824 jovens em idade de cursar o ensino fundamental não estão matriculados. Em entrevista, o sociólogo Rubem César Fernandes, coordenador da organização, afirma:

“o momento é preocupante porque é justamente nessa faixa de idade que, segundo ele, os jovens, principalmente os homens, estão mais vulneráveis ao poder exercido por traficantes. Para ele, há uma relação entre o crescimento da violência e a condição educacional dessas pessoas”. (O Globo 10/10/2002)

2. 3. Jovem, Sociedade e Violência

Ao ser promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) teve como propósito primordial oferecer proteção integral à criança e ao adolescente. No que concerne aos direitos humanos, o ECA é considerado internacionalmente muito avançado porque encontra-se em sintonia com os princípios das organizações mundiais de proteção à infância e adolescência.

Há, porém um abismo entre a lei escrita e sua execução, o que realmente se passa com relação às crianças e adolescentes em seu cotidiano está muito distante do ideal. A situação é ainda mais complexa em relação ao adolescente em conflito com a lei.

Considerados delinqüentes, esses jovens geram sentimentos e reações hostis de parte da população e até mesmo de autoridades que teriam a função de protegê-los e educá-los. Tais segmentos não levam em conta as deficiências do Estado, assim como não analisam o contexto sócio-econômico, político e cultural em que vivem os adolescentes no Brasil, principalmente os mais pobres, que são exatamente os que lotam as unidades ditas de ressocialização de jovens.

A postura mais comum se expressa através do desejo de exclusão desta camada da população sem que, no entanto, exista nenhuma percepção da necessidade de transformação da realidade. A carta de um leitor, publicada no jornal O Globo, expressa bem a violência com que a sociedade reage aos adolescentes infratores:

“Pitivetes’ na praia

Pior que os pitbulls e o frescobol são os “pitivetes” que diariamente assaltam turistas e roubam motoristas presos em engarrafamentos na Avenida Atlântica.

Ao contrário dos cães, não há coleiras que segurem esses animais que todo mundo está cansado de saber quem são. Eles só podem ser presos em flagrante, o que é difícil.

Antes dos ambulantes, do frescobol, dos cães ou do futebol, a praga número um das praias da Zona Sul, hoje, são os “pitivetes”. - Hanan Rosenthal”
(17 /11/2002 – O Globo Online)

Em reportagem intitulada “Assassinato de jovem dobra em 20 anos” o Jornal do Brasil dá conta que um em cada dois brasileiros mortos entre 15 e 24 anos é vítima de homicídio, sendo que no Brasil, o estado do Rio de Janeiro atinge os maiores índices (22/3/2002 – JB online). Observa-se frequentemente uma posição acusatória em relação ao adolescente, à sua família e, até mesmo ao Estatuto, visto como muito condescendente. Parece não haver consciência da omissão de responsabilidade da própria sociedade e do Estado, bem como há uma grande negação no que se refere à enorme disparidade na distribuição de renda existente no Brasil.

Frente a um problema tão complexo como o que ocorre com o adolescente pobre em conflito com a lei, é mais fácil culpar a família que não educou direito, o tráfico que arrebanhou o adolescente ou o próprio adolescente, por ter “*má índole*”. Por outro lado uma solução simplista, por sinal a mais utilizada, é depositar adolescentes em “*presídios*” e excluí-los da sociedade, de forma efetiva .

O antropólogo inglês Luke Dowdney realizou em 2002 pesquisa pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) sob o título “*Crianças Combatentes em Violência Armada Organizada: um estudo de crianças e adolescentes envolvidos nas disputas territoriais das facções de drogas no Rio de Janeiro*”. (site Viva Favela)

Dowdney observou que o recrutamento dos adolescentes para o tráfico se faz sutilmente e não por imposição como se costuma imaginar; há uma verdadeira sedução, um aliciamento através de pequenos serviços que o jovem faz em troca de drogas, o que o leva à dependência. Muitos desses jovens não têm pai, parece ter havido falhas graves na introjeção do agente da lei e assim vêem o traficante como modelo de herói.

No artigo “*Missão quase impossível*”, Monteiro (2002) descreve como o antropólogo observou a entrada gradual do jovem no mundo do crime:

“ele faz um favor aqui, ganha uma grana ali, segura a arma de um soldado durante um baile, convive com aquele cotidiano da boca de fumo, e decide entrar.

Com 14 anos, eles já viram muitas coisas e não são mais tratados como adolescentes. Às vezes, também é uma segunda geração do tráfico, pai e mãe foram traficantes, o adolescente vai ser também”. (Site Viva Favela)

Pobreza, apelo constante da mídia para a ilusão de ascensão social rápida, nos moldes dos enredos novelescos, busca de *tranquilização* e auto-afirmação através do consumo da droga, falta de espaço e escolarização para um trabalho qualificado, incapacidade governamental para prover os mais pobres de condições mínimas para construção de uma vida digna, infância carente em todos os sentidos, insegurança própria da idade, violência como pano de fundo desse cenário, lançam o adolescente no palco onde, através do ato infracional, coloca em xeque uma sociedade que o havia

marginalizado desde o seu nascimento, saindo da invisibilidade para tornar-se um *sintoma social*.

O consumo e a venda da droga, responsável pela maioria dos atos infracionais, se revela, do ponto de vista individual, uma poderosa arma utilizada a favor da negação de conflitos, medos e angústias, prestando-se ainda a expressar a rebeldia e a transgressão. Frequentemente esse adolescente que se insere no universo do tráfico de drogas, adota como ídolo o marginal, o traficante, que surge no cenário da sociedade como o anti-herói e galga rapidamente a notoriedade através dos meios de comunicação.

Impõe-se pela força, por despertar medo, deter o poder e o controle sobre sua comunidade, muitas vezes preenche a função paterna, quase ausente na construção da identidade desse adolescente. É exatamente esse personagem que, muitas vezes, o jovem em conflito com a lei vai utilizar como figura identificatória; é ele que impõe limites de forma tirânica com objetivo de manter seu poder.

A *solução* para carência de postos de trabalho, a transformação quase mágica da vida sacrificada de sua família através da atividade no tráfico de drogas, a velocidade em tornar possível o acesso aos bens de consumo da moda, são apenas alguns ingredientes que levam o adolescente a ingressar no mundo tráfico de drogas. Aquilo que o comportamento manifesto expressa como rebeldia, transgressão e violência, tem uma significação latente oposta.

Com o recurso da droga, o adolescente expressa toda a fantasia de onipotência, o "*barato*" é a negação total de limites, frustrações e barreiras. Observando tal situação sob a ótica da sociedade, porém, esse adolescente por provocar temor, desperta sentimentos de repúdio e desejo de eliminação do meio social, tornando impossível sua convivência com os demais. A propósito dessa situação, Bauman (1999) observa:

"Enquanto varre para debaixo do tapete - expulsando das ruas o mendigo, o sem-teto, confinando-o a guetos distantes e "proibidos", exigindo seu exílio ou prisão - o turista busca desesperadamente, embora em última análise inutilmente, deportar seus próprios medos".(p.106)

Soluções simplistas veiculadas pela mídia para questões tão complexas, retratam de forma muito evidente o quanto a exclusão é a opção preferencial. Bauman atesta que "*um mundo sem vagabundos é a utopia da*

sociedade dos turistas" e busca uma explicação para compreender a sociedade contemporânea quando diz (op.cit.)

" ... a obsessão com a "lei e a ordem", a criminalização da pobreza, o recorrente extermínio de parasitas, etc - (são) como um esforço contínuo e obstinado para elevar a realidade social, contra todas as evidências, ao nível dessa utopia" (p.106)

A sociedade de consumo tornou-se refém de uma característica que a marca de forma inédita na história da humanidade, a população global vê-se a cada dia mais empobrecida e segue imobilizada para transformar seu "*destino*" em função da escassez de postos de trabalho num universo em que o todo poderoso mercado cruelmente competitivo, dita as leis que regularão a subsistência e até a sobrevivência da população.

Nesse cenário, a blindagem através de penas de prisão ou condenação à morte ou mesmo a *barbárie* do extermínio, se mostra menos efetiva como uma sanção jurídica, policial ou ação de *justiceiros*, do que como um meio sofisticado de eliminar concorrentes de um mercado de trabalho em constante movimento de estreitamento.

Por esse motivo, o encarceramento hoje já não se pauta pela lógica da reinserção social através do aprendizado profissional. Pode-se constatar no Brasil que *centros de recuperação* de adolescentes bem como *presídios de segurança máxima* não passam de locais de depósito onde se espremem muito mais pessoas do que o espaço físico comporta.

O confinado, assim, é esquecido ou tornado invisível para a sociedade até o momento em que se instala a temida *rebelião*. Nos Estados Unidos, o encarceramento embora em essência tenha o mesmo propósito de *regulação* do mercado de trabalho, é o inverso do modelo brasileiro em termos de superpopulação/isolamento, uma vez que a alta tecnologia atingiu também a construção de suas instalações.

As opções profissionais no mundo atual são exíguas para todos em especial para o jovem e, dentre eles, o adolescente pobre tem menores possibilidades de se inserir no tecido social de forma digna e encontra na infração a *solução* aparentemente fácil ditada pelo imediatismo.

Se rapidamente sobe na hierarquia do tráfico de drogas ao ingressar nesse mundo também sabe *a priori* que morrerá muito cedo. Em depoimento

a um jornal do Rio de Janeiro, uma mulher chefe do tráfico de drogas de uma favela carioca atesta o ideário desse grupo que vive à margem da sociedade.

Diz ela:

“Não estudei. Era doméstica. Como ia comprar roupa de marca e sustentar minha família? No movimento, ganho muito mais do que antes. Sei que o risco de morrer é alto, mas pelo menos, no pouco que viver, vou ter tudo que quero e ninguém vai tirar onda comigo” (O Dia Online)

Em 2001 ocorreu no Rio de Janeiro o trágico episódio que tornou-se conhecido como o *Sequestro do 174*, onde cerca de dez a quinze pessoas, em um ônibus, tornaram-se reféns por quatro horas, de um indivíduo armado sob efeito de drogas. Ao ver-se cercado pela polícia, passa a exigir, expressando-se de forma nitidamente desconexa, milhões de dólares, granadas, um carro para fuga, etc.

Tendo toda oportunidade de matar uma passageira, uma vez que mantém por horas um revólver apontado para sua cabeça, "prefere" encenar sua morte, mandando que se deite no chão, atira de forma a não acertá-la. Conseguiu enganar a multidão de pessoas que o acompanhavam de perto além de milhares de espectadores do Brasil inteiro além de estrangeiros, que assistiam pela CNN, também em tempo real.

É significativo observar que inúmeras vezes esse indivíduo "esquece" a refém a quem ameaça com a arma, e passa a dar sorrisos para as câmeras de TV. O desfecho do caso ocorreu com a morte de uma das reféns, quando a polícia, errando o alvo, ao tentar atirar no sequestrador, apenas o feriu de raspão. Ato contínuo, o sequestrador também atirou acertando a refém, matando-a. Este foi preso e posteriormente assassinado por asfixia dentro do carro da polícia que o conduzia ao hospital.

Dentro da tragédia vivida pelos passageiros, parece existir outra situação trágica: era o fim da vida de um ex-menino de rua, sobrevivente da denominada *Chacina da Candelária*, da qual escapou por sorte, por não estar naquela noite dormindo na porta da igreja.

Note-se que esse rapaz não tem nome, é chamado de *Sandro*, *Alessandro*, *Alex*, não tem identidade, não tem idade, parece inicialmente não ter mãe nem parentes. Apareceram, porém, após a sua morte, algumas mulheres que diziam ser sua mãe, uma das quais ao fazer o exame de DNA,

não se confirma o parentesco. Outra, surge também nessa ocasião, dizendo-se mãe de criação ou tia e conta que o rapaz havia presenciado, na infância, o assassinato da própria mãe.

Alex, Sandro ou Alessandro, não podia ser enterrado, por não ser possível expedir o atestado de óbito, uma vez que não possuía certidão de nascimento. A conclusão inusitada a que se chega é de que *Alex, Sandro ou Alessandro* não podia morrer, porque não havia nascido!

Nunca teve existência para a sociedade, assim, a única situação em que teve visibilidade e de forma espetacular, foi nessas quatro horas em que os reféns viveram o horror e o pânico decorrente de sua monstruosa ação.

Parece claro, o motivo porque *Alex, Sandro ou Alessandro* tendo oportunidade para matar, não matou, e usou as câmeras de TV como espelho que refletia sua *popularidade* naquele momento. Seu enlouquecido objetivo não era matar e sim... ser visto, o que, dramaticamente conseguiu.

A maior violência com que a população convive no cotidiano é, sem dúvida, a que se expressa através da exclusão de parcelas cada vez maiores da população, aliada à criminalização da pobreza, geradas pela extraordinária desigualdade social. A respeito do modelo carcerário utilizado no sentido da exclusão do mercado de trabalho, recorremos ainda Bauman (1999 op.cit.) que conclui:

"Esforços para levar os internos de volta ao trabalho podem ou não ser efetivos, mas só fazem sentido se há trabalho para fazer, e seu estímulo vem do fato de que há trabalho urgente para fazer.

A primeira condição dificilmente é encontrada hoje; a segunda, flagrantemente inexistente"(p.119)

A dinâmica perversa da sociedade exhibe um discurso contraditório segundo o qual cobra punição cada vez mais severa para os infratores provindos de classes desprivilegiadas, ao mesmo tempo que convive com inusitada aquiescência com os crimes de colarinho branco, com a impunidade de políticos corruptos, em suma, com a verdade de que rico não vai para a cadeia. Sobre essa realidade, Soares (1996) afirma:

"a impotência do Estado em prover segurança e meios adequados de sobrevivência, que incluem chances de prosperidade, libera os indivíduos do dever da obediência e legítima a desobediência civil." (p.30)

E pergunta:

"...de um lado, não podemos política e éticamente, justificar a criminalidade, por outro, como deixar de reconhecer que o Brasil assim como boa parte dos países periféricos, não dispõe de um Estado capaz de garantir a ordem pública, de proporcionar cidadania e condições aceitáveis de vida a parcela expressiva da população?"(p.30)

A banalização da violência é, também, característica da contemporaneidade em paralelo à sua expansão produzida em escala crescente em nível empresarial, incluindo contrabando de armas sofisticadas e de última geração além do tráfico internacional de drogas, tornando globalizada também a violência.

O poderio derivado do tráfico de drogas atrai o adolescente pobre, excluído da sociedade que busca, através desse tipo de *trabalho*, romper violentamente a blindagem entre classes sociais que vivem por vezes muito próximas geograficamente e tão distantes economicamente.

As classes média e alta costumam localizar o foco da violência urbana nas favelas o que, frequentemente, é verdadeiro, assim está criada a associação pobreza-violência. O cotidiano da população residente nos morros, porém, a leva a ter uma visão bastante diferente da situação.

Os moradores sabem que a favela é apenas o espaço para o exercício da criminalidade, mas que a grande maioria dos residentes é, na realidade, vítima dela até mais do que as classes privilegiadas. Pelo descaso do Estado em relação aos pobres, a violência se constrói na favela, mas não é executada pelas mãos da grande maioria de sua população.

Além de vítimas da brutalidade dos criminosos, os moradores de comunidades carentes enfrentam ainda a violência do aparato policial. Essa violência se expressa de várias formas tais como, arbitrarias invasões de domicílio bem como freqüentes trocas de tiros com traficantes que, muitas vezes, atingem inocentes

Os chefes do tráfico se estabelecem nas favelas principalmente porque a geografia dos morros se presta muito bem como esconderijo. Recebem, porém, de fora da comunidade, não só armas moderníssimas de alto poder de destruição, como o abastecimento da droga. Nada disso é produzido nas favelas, que funcionam como meros locais de receptação e comercialização.

A clientela dos traficantes também vem de fora das fronteiras das comunidades onde está instalado seu comércio. São exatamente as classes média e alta, que tanto repudiam as camadas mais pobres, que financiam o tráfico que impera nessas localidades mais carentes.

A população pobre se vê acuada simultaneamente por vários fatores como o Estado, através da polícia, que nem garante seus direitos de cidadania como ainda a ataca ao invés de proteger, por outro lado, está a mercê do poder tirânico de marginais além de ser discriminada e marginalizada pelo preconceito do restante da sociedade. A todo esse quadro, se soma o sofrimento decorrente da pobreza.

Em estudo sobre as famílias de adolescentes em conflito com a lei promovido pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Rio (Jornal do Brasil 12/10/2002) revelou o seguinte resultado: 97% deles têm casa, 50% têm pais que abusam de droga e 15% estão fora da escola. A evasão escolar não se deve, porém, à falta de vagas, mas à decisão dos responsáveis de utilizarem a mão-de-obra das crianças para compor a renda.

O relatório revelou ainda, que a grande maioria dos pais e mães não têm trabalho fixo. A constatação entrou para a lista de indicadores de risco, junto à ausência da escola e renda familiar insuficiente para sobrevivência.

3

Formação da Identidade - Aspectos Teóricos

3.1.

Nascimento, Infância e Adolescência

Com o advento do modelo científico para investigação de fenômenos referentes aos seres humanos, os estudiosos passaram a assumir uma postura de desprezo no que se refere a superstições bem como explicações místicas para os mesmos; em paralelo conferiram grande ênfase ao que podia ser concretamente verificado e quantificado.

O cientificismo, porém, trouxe em seu bojo como consequência um aprisionamento, através do qual, tudo o que não pudesse ser medido, pesado, verificado, não era passível de maior atenção por parte dos cientistas. Dessa forma, sentimentos e emoções, por não poderem ser visualizados e quantificados, foram enfocados como pertencentes ao universo poético, místico ou religioso.

No final do século XIX, porém, Freud desencadeia uma autêntica revolução no pensamento da época a partir da descoberta do inconsciente, instância que abrigaria sonhos, emoções e sentimentos. Essas expressões do mundo interno alcançaram, assim, o primeiro plano, tornando-se objeto de um número infinito de estudos e pesquisas que se realizam até hoje.

Antes da criação da psicanálise, os cientistas acreditavam que a criança até quase três anos ainda estava imatura para desenvolver a capacidade de estabelecer vínculos com o mundo e por isso não teria condição de vivenciar qualquer tipo de afeto. Os estudos psicanalíticos demonstraram que tanto bebês como crianças não só percebiam o que acontecia em seu ambiente e mais ainda, os afetos eram responsáveis não só por sua saúde mental como, em alguns casos, também física.

Na atualidade, através de tecnologias avançadas dentre as quais os exames de ultrassom em mulheres grávidas, foi possível conhecer mais além

das observações freudianas e descobrir que o feto ouve, tem sensações, faz experimentações, reage ao estresse, sente medo e se defende. Portanto, percebeu-se que a vida intra-uterina é muito mais rica do que se podia imaginar há trinta anos atrás e que as condições da gravidez e o tipo de relação estabelecido entre mãe e feto são fundamentais na formação do mundo interno do bebê.

Circunstâncias que, de alguma forma possam gerar tensão para a gestante trariam conseqüências para o feto. O momento do parto passou a ser também objeto de pesquisas ao se verificar que muitos são os aspectos a serem levados em conta no que se refere à futura saúde mental do recém-nascido. Aspectos como condições da gravidez, tipo de parto, tipo de atendimento à gestante, condições psicológicas da mãe no momento, expectativas em relação ao bebê, relacionamento da mulher com a própria mãe e com o pai da criança, ansiedades, medos, etc

Para o bebê, o nascimento significa um gigantesco impacto decorrente da perda de um ambiente acolhedor e protegido, substituído por um meio onde a sobrevivência é penosa e povoada de grandes desconfortos. O bebê vive uma catastrófica angústia de desintegração que produz um registro interno descrito por Freud (1926) como a matriz de todas as angústias futuras. Nessa fase tão remota da existência, o cuidado, a proteção e o amor são responsáveis pela sobrevivência física e psíquica do ser humano, por isso, estar vivo nessa fase, é equivalente a ser amado.

A existência humana está, portanto, condicionada à presença de um outro; as organizações do psiquismo primitivo, a aquisição das dimensões temporo-espaciais, a constituição do eu só serão possíveis na presença de alguém significativo.

O bebê, ao nascer, necessita de alguém, mãe ou substituta, para sobreviver. A mãe terá a função de conter sua avassaladora angústia, por outro lado, o desenvolvimento psicológico do bebê vai depender muito da forma como ela recebe esse montante de angústia. A função da mãe como continente implica em receber e transformar a ansiedade, devolvendo a seu bebê um conforto tranquilizador.

Será também necessário saber dosar as frustrações, na medida da capacidade que o filho vai adquirindo para suportá-las, o que Winnicott

(1993[1965]) chama de *preocupação materna primária*. Faz-se necessário, portanto, que a mãe esteja altamente sintonizada com seu bebê para avaliar suas necessidades e capacidade de tolerar frustração. Winnicott cunhou o conceito de *mãe suficientemente boa* para designar aquela que a partir dessa sintonia, teria possibilidade de entender e se adaptar às necessidades de seu filho.

Para esse autor, a onipotência é o recurso que o bebê utiliza para criar sua própria mãe, é através dela que consegue também efetivar sua entrada no mundo. Como um pequeno *deus*, ele também recria esse mundo à sua imagem e semelhança transformando-o, por intermédio de sua mãe.

À medida em que o bebê se *apropria* do corpo materno como se fosse seu, vai se estruturando, tendo como alicerce as características culturais da comunidade em que nasceu. Cada pessoa é, portanto, a memória étnica de todos os seus ancestrais, fato que Freud assinalou em seu trabalho Totem e Tabu (1911). Os elementos étnicos se desenvolvem também através da socialização, da convivência da criança com as pessoas de seu grupo sócio-cultural.

Por outro lado, se a inscrição no mundo não pôde ser realizada de forma satisfatória pela interação e comunicação com alguém significativo, certamente a criança e até mesmo o adolescente tenderá a efetuar tentativas de aproximação com o mundo de forma intrusiva, violenta e desorganizada, que expressa o desespero sem nome, vivido pelos que não tiveram essa oportunidade em seu passado remoto

Dentro deste prisma, podemos nos perguntar o que acontece com a criança que nasce em uma comunidade carente, onde vigora a lei da violência. Muitas vezes já em seus primeiros momentos de vida inicia uma escalada de abandonos, agressões e rejeições e crescerá nesse meio hostil ou indiferente, estando privada de elementos para introjeção de uma figura acolhedora que se constituiria em alicerce da capacidade de se amar, se preservar, base da auto-estima tão necessária ao viver. Winnicott (1987, [1956]) considera que a raiz do comportamento anti-social encontra-se na privação precoce de cuidados afetivos.

Em “O Brincar e a Realidade” (1975), afirma que o brincar para a criança é algo muito mais complexo que a simples satisfação de desejos, é o

meio que dispõe para expressar criativamente o seu mundo interno. Brincar é, segundo Winnicott, uma atividade que implica em tempo e espaço próprios e se constitui a partir de experiências culturais; é universal e auxilia no crescimento saudável e na socialização. Sintetiza afirmando que pode-se ver o brincar como uma forma linguagem usada pela criança no diálogo consigo própria e com os outros.

Em seus jogos as crianças costumam reproduzir vivências de seu cotidiano, através da imaginação e do "*faz-de-conta*", estas são elaboradas criativamente, além do que, o jogo possibilita a mudança de papel, passando da posição passiva em relação aos fatos e pessoas que a rodeiam, assumindo, através do papel escolhido, o controle ativo das situações.

A própria experiência da amamentação pode ser vivenciada pela dupla mãe-bebê como um momento lúdico, mas, por vezes, é sentida pelas mães como uma ameaça, quando a voracidade do filho é interpretada como um gesto agressivo, temem ter o seio danificado. Os movimentos bruscos do bebê nas fases primitivas do desenvolvimento, porém, não podem ser vistos como destrutivos, uma vez que não há intencionalidade agressiva.

Quando a mãe, porém, toma a voracidade ou os gestos impulsivos de seu filho como expressão de ataque dirigido a ela, frequentemente muda seu comportamento deixando de atender o bebê como fazia antes. Essa atitude pode levá-lo não só a tomar consciência precocemente de sua capacidade para exercer a maldade, como levá-lo a acreditar que, de fato, lesou seu objeto de amor.

A partir de tal situação pode surgir o sentimento de culpa, levando à inibição do impulso derivado da vivacidade do bebê, isto é, sua voracidade, primeira forma de expressão do seu amor.

A criança se encontrará assim privada do impulso próprio de sua natureza, fonte de realização das atividades construtivas. Em geral, porém, as mães não vêem determinação agressiva na voracidade do seu bebê. Ela mostra-se receptiva à expressão do amor voraz do seu filho, continuando a dispensar-lhe o mesmo carinho concedido durante os momentos mais tranquilos.

A repetição de experiências desse tipo cria um ciclo benigno propiciador de um espaço para a capacidade do bebê de preocupar-se e de

sentir-se responsável pelos seus atos, sem perda do impulso destrutivo. Na concepção winnicottiana “a motilidade é precursora da agressão”, assim, o agarrar objetos ou sugar com força são, na realidade, expressão da motilidade que no dizer de Winnicott “é uma característica do feto vivo”.(1997, [1958])

A agressividade pré-destrutiva, como denomina Winnicott, não é uma reação à frustração provocada por desejos não satisfeitos. Do ponto de vista do bebê, corresponde à vivacidade do bebê e desempenha um papel importante na descoberta da própria realidade, uma vez que as relações com o mundo externo não podem se dar sem o componente agressivo.

Para o bebê, a sobrevivência do meio ambiente, isto é, a manutenção da estabilidade apesar de sua agressividade significa que ele próprio existe, é real, e a mais poderosa fantasia persecutória não poderá eliminá-lo. Destruição e sobrevivência do ambiente encontram-se na base da experiência que faz o bebê sentir-se real.

Por influência do meio, a criança pode encarar o ressentimento e a cólera como algo ruim dentro dela, muito mais importante é ela sentir que seus impulsos agressivos podem exprimir-se em um ambiente confiável, sem o retorno do ódio e da violência desse meio, representado principalmente pela mãe, pai e familiares.

Tal processo ajuda a construir a relação afetiva entre a criança e o mundo, e não se passa no campo das idéias ou da aplicação de métodos educacionais que a mãe ou a família detêm, mas no campo do jogo: a mãe brinca de ser destruída ao mesmo tempo em que mostra sua capacidade de sobreviver, a criança arrisca destruir, sem que isso provoque de volta a retaliação de um ambiente vingativo. Cada cultura tem um modo de encaminhar esse jogo que, enquanto matriz de jogo, é universal.

Uma criança que, por exigências de trabalho precoce ou por conflitos familiares, não teve tempo nem espaço para brincar, pode desenvolver dois tipos extremados de postura frente ao mundo, ou intensa agressividade na vida adulta ou passividade e resignação. Ambas as atitudes são altamente danosas não só para o indivíduo mas para a sociedade em que vive.

A ênfase do papel paterno no desenvolvimento da criança surge, desde os achados freudianos, passando por diversas correntes do

pensamento psicanalítico, no clássico Complexo de Édipo, enfocando, portanto, uma situação de rivalidade e interdição numa configuração triangular, mas muito pouco ou quase nada se detendo na relação dual pai-filho. A teoria freudiana apesar de situar no Complexo de Édipo o momento crucial da vida infantil, ressalta também a identificação do menino com o pai, anterior a essa fase, quando em “O Ego e o Id” diz textualmente:

“o menininho desenvolve uma catexia objetal pela mãe, originalmente relacionada com o seio e trata o pai identificando-se com este.

Durante certo tempo, esses dois relacionamentos avançam lado a lado, até que os desejos sexuais do menino em relação à mãe se tornam mais intensos, e o pai é percebido como obstáculo a eles; disso se origina o Complexo de Édipo.

Sua identificação com o pai assume, então, uma coloração hostil”.
(Freud,(1992,[1923])

Nesta colocação, Freud pressupõe um período anterior à rivalidade edípica, uma identificação com a figura paterna. A partir dessa linha de pensamento, Loewald (1979) desenvolve em 1951 o conceito de “*relação positiva não hostil*” a partir de observação de bebês, para descrever o vínculo do menino com o pai, que precede e, segundo ele, auxilia a futura entrada no Édipo. Afirma que

“menino manifesta um interesse especial por seu pai. Seu comportamento não tem nada de passivo ou feminino, ao contrário, é basicamente masculino. Não está em oposição ao Complexo de Édipo, mas ajuda a prepará-lo”.(p.49)

O autor, psicanalista inglês, descreve, ainda, dois pares de relacionamentos que o menino estabelece com ambos os pais. Com a mãe, uma relação libidinal positiva, saindo do narcisismo primário, paralela à negativa em que se defende da volta ao estágio anterior de identificação com ela.

Ao mesmo tempo, com o pai também há uma relação positiva de identificação com a masculinidade, e uma negativa de medo à castração. A dupla relação com o pai auxilia o menino a se diferenciar da mãe e ambas o movem a escapar da fusão-confusão com ela.

A partir também de observação de bebês, Grenacre (1979) nos diz que o pai seria inicialmente uma figura misteriosa e pouco delimitada, como um

contorno pouco claro. Seu papel à distância em relação à dupla mãe-bebê é que confere relevância e especificidade ao seu papel, que é dotado de qualidades mágicas e onipotentes.

O pai se relaciona de forma típica com o bebê, mais voltado para atividades musculares e que intensifica o erotismo corporal. As brincadeiras com o pai exercem sobre a criança grande fascínio e passam a ser mais interessantes que o cotidiano dos cuidados maternos.

O reconhecimento deste já se inicia durante a fase simbiótica, pouco depois do reconhecimento da mãe. Aquele que a princípio é um estranho vai se transformando em alguém familiar e interessante, e é percebido na “*órbita não-mãe*” nessa fase, o pai ainda não é um rival, mas o “*genitor não contaminado*”, aquele que não recebe a ambivalência dirigida à mãe.

A partir das fantasias do bebê, o pai surge dotado de muitos poderes, e essa imagem se torna muito importante na resolução da crise de reaproximação da mãe. O bebê vai aos poucos se identificando com duas figuras distintas - pai e mãe - começa a delimitar os objetos e, por extensão, passa a discriminar a si mesmo e o mundo.

No artigo “*Poderiam Freud e Winnicott nos ajudar a compreender as transformações morais e éticas de nossos tempos?*”, o psicanalista Armony (2002) nos diz

“Tanto Freud quanto Winnicott usam o termo moral para falar da ação reguladora do superego. Porém, dentro das definições de ética e moral por mim escolhidas cabe falar de moral quando se trata do superego freudiano e de ética quando estiver em pauta o superego winnicottiano.”

Segundo essa perspectiva, portanto, há uma divergência nas concepções de superego propostas por Freud e por Winnicott. Para o primeiro, a importância dessa instância é que nela reside a identificação com a figura paterna, aceitação e introjeção da lei da cultura. Winnicott já descreve o superego tendo como referencial a mãe. Em síntese, a principal diferença reside em que no enfoque freudiano o modelo de introjeção é o pai, enquanto na visão winnicottiana, esse lugar é ocupado pela figura materna.

A adolescência é um período da vida bastante conflituado por vários motivos, principalmente por se configurar um momento crucial de transição entre a infância e a vida adulta. Todo processo de construção da identidade

se faz através de crises que têm a finalidade de buscar uma nova estruturação para o mundo interno.

A chamada crise da adolescência remete o indivíduo ao primeiro grande abalo vivido, envolvendo a primeira separação, a primeira mudança radical de *modus vivendi* - o nascimento. Com a chegada da adolescência, o indivíduo sofre diversas perdas que o mobilizam, principalmente o corpo infantil que a partir das transformações hormonais se modifica fora de seu controle.

O jovem que cresceu amparado por um lar onde recebeu amor é projetado num universo muito mais amplo de relacionamento, perdendo o *útero* simbolizado pela família, casa, meio social mais restrito e conhecido. Precisarão assumir responsabilidades pouco a pouco que anteriormente eram atributo dos adultos que o criaram.

Nessa etapa da vida, terá que se defrontar com os riscos de uma sociedade violenta e competitiva, buscando em si próprio meios de defesa. Toda essa situação faz ressurgir grande ansiedade.

3.2.

Vínculos Familiares

O estudo da associação entre os membros do par conjugal como estruturante do grupo familiar é a mais usual e freqüente, tendo, assim, a naturalidade como referencial para a descrição de sua estrutura. Tal referencial, porém, cada vez mais deixa de corresponder à realidade do cotidiano, onde se forma uma gama muito grande de tipos de família, desde a tradicional formada por pai, mãe, filhos, passando por mulheres "chefes de família" que sozinhas criam a prole, até associações entre homossexuais com ou sem filhos adotivos, avós que criam netos auxiliando as mães ou mesmo sozinhas.

É também cada vez mais freqüente a existência do que se convencionou chamar de famílias-mosaico compostas por um par conjugal de divorciados que trazem para formação da nova família seus próprios filhos.

Constata-se portanto a existência de vários tipos de família, definindo-se como um agrupamento diversificado, passível de mudanças através do tempo e não uma única instituição natural. É relevante ressaltar que a constituição familiar denominada nuclear composta pela triangulação pai-mãe-filho, somente se formou a partir do século XVIII.

Na Europa, vamos encontrar uma relação indistinta entre o público e o privado nos séculos XVI e XVII onde as famílias não eram estruturadas através de fortes laços afetivos. O objetivo primordial da constituição da família era a manutenção e transmissão de bens e propriedades bem como a preservação da espécie.

Na construção da sociedade pré-industrial européia, o papel da mulher sempre foi secundário em relação ao do homem, embora nas classes mais pobres, principalmente do meio rural a família toda compartilhava do trabalho para seu sustento. Mulheres e crianças participavam do trabalho tanto na lavoura como em casa, juntamente com o chefe da família.

A mulher pertencente às classes populares estava, assim, incluída no processo de produção caseira, e já conciliava atividades domésticas com esse trabalho. Ao contrário, nas famílias de classe média e alta, os papéis estavam bastante definidos. O homem tinha a principal função de mantenedor da família, o que lhe conferia uma suposta superioridade intelectual, autoridade moral, etc., enquanto a mulher aceitava e compartilhava da idéia de sua inferioridade, desamparo, fragilidade e desigualdade de direitos.

Nesse período, no Brasil surgem as Bandeiras, havendo uma grande dispersão em função da migração destinada à busca de ouro e escravos indígenas. Em alguns casos, a Bandeira incluía a família inteira em expedições ao interior e, em outros, somente os homens embrenhavam-se pelo sertão, permanecendo anos a fio e mantendo relações com as índias, com quem tinham filhos e muitas vezes nem voltavam de onde partiram.

Os grupos de parentesco mais fixo e relacionado à ocupação do espaço geográfico só vão surgir em nossa história a partir do século XVIII

quando se institui a família patriarcal, da qual algumas características se encontram presentes na dinâmica de famílias, principalmente nas classes populares urbanas e meio rural, ainda hoje.

A organização familiar se funda através do par conjugal que se forma principalmente por interesses econômicos e através de negociação entre as famílias de cada um dos cônjuges independente de suas escolhas. A mulher transfere obediência que tinha pelo pai para submissão total ao marido. O chefe desse tipo de família, o patriarca, era detentor do poder de vida e morte sobre sua mulher, filhos e escravos, sendo-lhe facultado o direito de castigá-los, surrá-los e até mesmo matá-los, uma vez que eram considerados como ítems de sua "propriedade". Freyre (1964) afirma que "*muitos faraós egípcios não tiveram tanto poder e autoridade quanto os senhores de engenho*" (p.161)

A família, no cenário histórico brasileiro surge, assim, como instituição fundante e estruturante de laços sociais a partir do período colonial. Com todo um passado servindo de respaldo, vemos o homem do início do século XX, com poderes assemelhados ao chefe da família patriarcal. À semelhança de tempos bíblicos, até os anos 70, a mulher adúltera podia ser punida até mesmo com a morte perpetrada pelo marido, sob o argumento de tê-lo desonrado.

A suposta desonra o inocenta, passando, assim, do papel de criminoso para o de vítima. Por outro lado, só se configura adultério masculino a constituição de uma família com outra mulher, considerando-se próprio de sua natureza o fato de ter um ou varios casos amorosos fora do casamento. Não faz parte dos costumes da sociedade brasileira o fato da mulher assassinar o companheiro adúltero para lavar sua honra.

Além desse meio extremo de violência perpetrada pela sociedade machista contra a mulher, encontramos, até os dias de hoje, formas mais sutis e nem por isso menos graves de agressão, que vão numa escala desde o espancamento pelo marido em nível privado até o desrespeito permanente de seus direitos enquanto cidadã e trabalhadora na esfera pública.

Ackerman (1986) considera que "*a família é a unidade básica de doença e saúde*" (p.29). É comum entre os diversos autores, atribuir à família, grande parcela de responsabilidade na estruturação de aspectos saudáveis ou patológicos na formação do sujeito, não sendo, obviamente a única

responsável pelos caminhos pelos quais os indivíduos vão trilhar na vida. É necessário levar em consideração com o mesmo grau de importância os aspectos singulares, segundo os quais filhos dos mesmos pais, criados dentro da mesma família, têm diferentes formas de ser e enfrentar as vicissitudes da vida.

Para compreensão do processo de constituição do sujeito, faz-se necessário abordar o universo familiar no qual está inserido. Há uma relação de influência mútua entre família e sociedade, uma vez que a primeira é afetada pela dinâmica sociocultural, ao mesmo tempo que a partir de mudanças em seus valores modifica a sociedade.

Uma nova família só se funda efetivamente com a chegada do primeiro filho. Dois indivíduos nascem, crescem e se formam no seio de suas famílias. Delas assimilam valores e formas de ver o mundo. Em determinado momento de suas vidas, se encontram a partir de afinidades e formam um casal. Para se estruturarem como tal, precisarão realizar uma ruptura emocional com as famílias de origem.

Quando o casal passa a viver junto, inicia-se na prática um período em que as fantasias de cada um sobre a vida a dois vão sendo checadas com a realidade. Efetivamente, muitos dos sonhos que cada um cultivava não era muito diferente da reprodução de sua própria família nuclear, ou o seu exato oposto, o que deixa claro que o ponto de referência é a relação dos próprios pais. Nesse momento surge a necessidade de que cada um abra mão de alguns pressupostos, para que se forme uma terceira família, que não poderá ser a cópia da do homem nem a da mulher, mas a fusão de ambas, com diferenças e peculiaridades.

Período delicado e difícil para qualquer casal é o da consolidação da relação, e quando o filho surge antes que ela se realize, pode dificultar mais ainda esse processo. O nascimento é a concretização da fundação dessa terceira família.

Antes de tê-lo, cada membro do casal pode imaginar, frente às dificuldades encontradas, voltar à família anterior, se desvencilhando do parceiro, visto como entrave para a sonhada felicidade. O filho, porém, representa o vínculo indissolúvel entre os pais, ainda que optem por uma separação, este será sempre a lembrança viva da antiga união.

O momento da concepção de um filho deveria ser, portanto, decidido de forma muito madura e elaborada pelo casal. Se podem gerar uma criança sem maiores dificuldades na área biológica, isso não significa a inexistência de conflitos na área emocional. Estes últimos acarretarão transtornos na relação com o filho, além de aprofundar as diferenças pré-existentes entre os pais. A chegada desse novo membro na vida do casal muitas vezes é desejado por ser ilusoriamente encarado como "salvação" para um casamento em crise.

A elaboração dessa decisão tão séria, como dar a vida a uma pessoa, deveria passar necessariamente por um processo de amadurecimento pessoal, na relação com sua família de origem e pela transformação dos vínculos com esta. É o momento de deixar de ser simplesmente filho para se tornar pai ou mãe, e isto significa assumir o papel semelhante ao de seus pais. Não havendo maturidade para tal passo, o risco é de que a criança seja sentida como um irmão menor, ou como um peso muito árduo a ser carregado, e surge o impasse: quem assumirá o papel dos pais? Avós paternos ou maternos? Como deixar uma posição mais voltada para si próprio, suas necessidades e gratificações e se inclinar para um ser que vive em total desamparo, solicitando cuidados constantes?

4

Construção do Comportamento de Risco

4.1.

Fatores Facilitadores do Ato Infracional

Através dos meios de comunicação, hoje dotados de imenso poder na formação de opinião como jamais foram, constrói-se, um personagem cada vez mais distante do sujeito; o adolescente em conflito com a lei transforma-se em um clichê: é o pobre, preto e infrator; assim será percebido e identificado na e pela sociedade. Se chega às páginas policiais dos noticiários, ganhará uma tarja preta em seus olhos, de forma a que não seja visto, ou (re)conhecido, porém, se invertermos a perspectiva e nos colocarmos no ângulo do adolescente, a tarja impede que ele veja a sociedade.

Parece que é com esse mesmo intuito - não ver nem ser visto - que perde também a identificação mais primitiva, mais remota adquirida no processo de inserção social - o nome - passa a ser nomeado como "*pivete*", "*trombadinha*", ou pelo jargão policial "*infrator*" e nos jornais designado apenas por uma letra, inicial de seu nome; parecem ser estes os ingredientes indispensáveis na construção desse personagem que é "oferecido" à sociedade praticamente despersonalizado carregando o peso da qualificação de responsável pela insegurança e intranquilidade social.

O trabalho, tornou-se principalmente a partir da revolução industrial, a via essencial para inserção social, o que em menor proporção já acontecia no período agrário e artesanal. Na era industrial, freqüentemente encontravam-se confundidos, principalmente para os homens, o projeto de vida e a carreira profissional, associados quase como sinônimos. Os códigos sociais relacionados à utilização do tempo se encontravam referenciados ao trabalho tais como: horário comercial, hora de trabalho e de descanso, distribuição da semana com dias úteis e outros não, o que se diferencia da fase agrária

quando a natureza através das estações do ano, posição solar, eram os parâmetros.

No período industrial, o desemprego ao atingir o trabalhador era sentido como um infortúnio pessoal e sinal de fraqueza ou incapacidade produtiva gerando vergonha e depreciação, sua auto-imagem o colocava em situação quase semelhante à de um mendigo. As mulheres, por outro lado, em sua longa luta por igualdade de direitos, têm no aspecto profissional um fator fundamental na conquista da valorização social. A ampliação da escolarização feminina decorrente do acesso à universidade propicia oportunidade de desenvolver atividades profissionais no espaço público, uma vez que o trabalho doméstico nunca foi apreciado.

As vias de inserção na sociedade através do trabalho vão se tornando enfraquecidas até ocuparem um lugar de menor importância na organização social, ao passo que galga o lugar privilegiado na era pós-moderna, a vinculação societária através do consumo; Bauman (1999) nos diz que

"a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel"(p.88)

A questão do consumo se coloca no mundo atual como um imperativo, o que marca a diferença em relação ao passado, Bauman faz uma reflexão bastante pertinente segundo a qual explicita a transformação do vínculo pelo trabalho daquele através do consumo. Diz ele que em épocas passadas a preocupação dos filósofos atinha-se à interrogação se "*o homem vive para trabalhar ou trabalha para viver*" enquanto em tempos pós-modernos, a pergunta que se faz é "*se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir*".(p.89)

Toda a produção tem como alvo principal atender as necessidades do consumidor ao mesmo tempo que o objeto consumido seja em seguida descartado surgindo nova busca por outro objeto que também será rapidamente descartado, é a ideologia da moda, o modismo. O que importa é o ato de consumir e não o objeto a ser consumido.

A ética do trabalho, responsável pela aquisição de bens que propiciem conforto e bem estar, foi substituída pela acumulação de riqueza a qualquer preço, não se colocando em questão o *como* se dá essa acumulação. O objetivo imediato é consumir cada vez o maior número de itens oferecidos na vitrine do mundo pós-moderno.

O homem atual deseja aplacar dores, ansiedades e incertezas ao ter que lidar com uma realidade fragmentada e mutante que se altera numa velocidade superior ao que consegue metabolizar. Associada à rapidez e quantidade de informações que recebe como um bombardeio diário, a ilusão de tranquilização surge magicamente através do caleidoscópio do consumo com suas inumeráveis facetas: comida da moda, roupas de artistas, drogas cada vez mais potentes, bebidas alcoólicas, tabaco, manuais de auto-ajuda, moradia, decoração, corpo perfeito, receitas de juventude eterna, programas de TV, estilo de vida de novela, e muito mais.

Mais uma vez Bauman traduz bem a situação ao mesmo tempo que a problematiza:

"todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo mundo pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo pode ser um consumidor... todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos meios de ser optantes"(p.94)

A globalização, uma das principais características do mundo pós-moderno, expressa-se de forma onipotente e onipresente em praticamente todos os meandros da vida dos indivíduos. Sua abrangência se estende desde a esfera pública alcançando até a vida privada, uma vez que a economia globalizada passou a determinar os rumos dos países de forma muito mais expressiva do que mesmo as leis ou autoridades nacionais.

Os ditames econômicos, apesar de se processarem de forma praticamente imperceptível aos olhos do cidadão comum, seu poder de intervenção desconhece fronteiras geográficas, e, como um deus moderno ou pós-moderno, se faz presente através de suas "obras". Assim é que, apenas a partir de uma operação no mercado de capitais, um mega-investidor tem a possibilidade de estraçalhar a economia de um país em desenvolvimento de um dia para o outro, de um momento para o outro. As autoridades constituídas nacionais tornaram-se incapazes de fazer algo para evitar o

cataclisma que atingirá profundamente a vida de cada habitante daquela região, em especial, logicamente, a dos integrantes das camadas mais pobres da população local.

A partir do modelo da sociedade consumista, segundo o qual todos os caminhos levam à acumulação de riqueza para o consumo como uma "*lei natural*", constata-se que muitos encontram-se fora do universo de possibilidades de acumular e consumir. Na lógica perversa da economia globalizada, porém, esse *apartheid* econômico, longe de mostrar-se como um impedimento, um obstáculo a ser transposto, ou mesmo uma realidade a ser transformada, é exatamente ele, uma consequência do processo econômico que o legitima e caracteriza.

Tal lógica estabelece ou aprofunda uma danosa clivagem entre povos, entre nações e principalmente entre classes sociais em cada região do planeta, atestando a "saúde" do sistema. Países pobres e ricos, pessoas pobres e ricas, classe alta e baixa, embora aparentemente separados por um abismo, na realidade encontram-se indissolúvelmente ligados como duas faces da mesma moeda, por uma ambígua e bizarra interdependência. O pobre espelha-se no rico e deseja fazer parte do seu mundo, o rico necessita confirmar, através da visualização da miséria, a necessidade vital de continuar acumulando riqueza; teme ser expulso de seu "reino", lançado fora da sociedade visível e ser estigmatizado como faz com o pobre.

O pobre é tudo que o rico *não deseja* ser, enquanto o rico é tudo o que o pobre *deseja* ser, assim um se constitui na imagem invertida do outro. Para se referir às categorias de ricos e pobres Bauman (op.cit.) utiliza a metáfora *turistas* e *vagabundos*, referindo-se à capacidade dos primeiros em se locomover em termos reais ou virtuais em contraste com a situação estática, o imobilismo social dos últimos.

Pobres e ricos, *turistas* e *vagabundos*, consumidores e incapazes para o consumo, diferentes expressões para nomear as duas vertentes, os atores a partir dos quais se encena a trama pós-moderna da globalização.

Debord (1997) define a sociedade contemporânea através do conceito de espetáculo, utilizado pelo autor com o sentido da disseminação da cultura do *fake*, do falsificado, do aparente, do superficial, do alienado, da expressão da realidade através de representação. Diz ele:

"A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do ser para o ter.

A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer do qual todo o ter efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última.

Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é" (p.18)

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, assegurando direitos anteriormente inexistentes, é clara a atribuição de responsabilidade à sociedade como um todo, quanto à proteção indiscriminada à criança e ao adolescente, como indivíduos em processo de desenvolvimento. Em seu artigo 4º afirma:

" é dever da família, da comunidade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" (ECA – 1999)

Constata-se porém, que o Estatuto está longe de ser cumprido de forma efetiva apesar de passados mais de dez anos.

Parte da difícil tarefa de resgatar o jovem em conflito com a lei, parece residir no oferecimento de um espaço no qual talvez nunca tenha tido possibilidade de experienciar, por isso desconheça sua existência e desconfie de sua veracidade. Um espaço ressocializante em que seja realmente amado, compreendido e por isso firmemente defendido de sua auto e hetero destruição.

Tal processo tem como objetivo principal a inserção do adolescente pobre na sociedade de forma digna, uma vez que ele não possui existência verdadeira no contexto social a não ser pelo negativo, isto é quando comete um ato infracional e surge nas páginas policiais como um ator do espetáculo violento da pós-modernidade.

A pobreza, meio social violento e principalmente falta de melhores oportunidades na vida que, de alguma forma, empurra muitos jovens para o crime organizado, leva por outro lado muitos outros no Rio de Janeiro a se

tornar chefes de família e assumir responsabilidades com a família para seu sustento. São 24.689 crianças e adolescentes, a partir dos 10 anos, que já chefiam suas famílias, sem nem mesmo ter atingido a maioridade. Em termos percentuais, não chegam a 1% da população fluminense. O número de adolescentes nessa situação, além de elevado, aumentou nos últimos 9 anos. Em 1991, existiam no Rio 18.757 menores de idade como arrimos de domicílios. Em 2000, o número ultrapassou os 24 mil, mais 31,6%.

As informações são dos dados preliminares do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Literalmente, esses chefes de família têm que abandonar os estudos para garantir comida em casa. Um terço deles (30,6%) tem um ano de estudo ou não tem instrução alguma. Mesmo sem o encargo de sustentar sozinho a família, muitos jovens são obrigados a ajudar no orçamento de casa. No País, 5.634.505 menores (10 a 17 anos) são economicamente ativos, ou seja, trabalham.

No Município do Rio de Janeiro, a situação não é diferente do resto do Brasil. Há 9.228 chefes de família com idade a partir dos 10 anos. A maioria (96,2%), pelo menos, é basicamente alfabetizada. A taxa de pobreza entre crianças e adolescentes até 15 anos já é 50% superior à taxa média de pobreza do Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), dos 5.634.505 jovens entre 10 e 17 anos do País que trabalham, 576.287 cumprem jornada superior a 49 horas semanais e 1.197.110 não têm instrução ou estudaram menos de um ano.

O trabalho compulsório em idade tão precoce deixa sequelas, o que se revela pelo fato de que a maioria de adultos que foram obrigados a trabalhar desde crianças têm baixa escolaridade, o que os coloca em posição de desigualdade em relação aos que puderam estudar, assim, está reservado a eles o subemprego e, por isso, a manutenção da condição de pobreza. De geração em geração, as crianças de ontem lutam para evitar que seus filhos sejam expostos às mesmas condições que os lançaram no mercado de trabalho, o que na maioria das vezes, não obtêm sucesso.

Na realidade, os adolescentes que cometem atos infracionais, mas situam-se nos segmentos da classe média são em número muito maior do que a mídia noticia até porque pouquíssimos inquiridos chegam à Justiça. Como é prática comum no Brasil, esses jovens ou não são presos ou os

registros se desviam ou são arquivados antes de chegar ao Juizado. Assim muitos ilícitos ocorridos em condomínios e shoppings, por exemplo, não chegam à polícia.

Esse estado de coisas reforça a cultura de impunidade e muitas vezes torna esses jovens reincidentes. Pode-se supor que o aumento do envolvimento destes com o crime relaciona-se com o processo de perda de poder aquisitivo vivido pela classe média, por outro lado, muitos desses jovens não têm referência da família, se envolvem com drogas e buscam no traficante, a figura identificatória.

O tráfico internacional de drogas vem crescendo de forma fantástica desde os anos 80, até movimentar, atualmente, muitos bilhões de dolares por ano. Este valor é superior ao comércio de petróleo; assim o narcotráfico é o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armas. Tais índices revelam a desestruturação das relações de produção imperantes: o mercado mundial, expressão mais elevada da produção capitalista, está dominado pelo tráfico ilegal de drogas. Por outro lado, esse espetacular sucesso da mercadoria só se confirma na medida em que há explosão do consumo e a popularização da droga entre os jovens.

Esse tipo de tráfico funciona como uma verdadeira empresa, estimulada pelo lucro. Na medida em que a sua mercadoria se destina à destruição da pessoa, o consumo expressa a desmoralização de setores inteiros da sociedade. Os setores mais afetados são em um extremo do tecido social, os mais expostos à falta de perspectivas: a juventude submetida ao desemprego e à falta de esperanças ou, no outro extremo, os jovens das classes média e alta que vivenciam uma desestruturação de valores familiares.

4.2.

Estudo de Casos

O presente estudo está apoiado no material colhido em entrevistas com mães de adolescentes em conflito com a lei que participam semanalmente de grupos de reflexão no Juizado da Infância e Juventude da Comarca de S. João de Meriti. Dentre mais de trinta mães atendidas, foram selecionadas seis histórias para ilustrar a dinâmica das relações familiares estabelecidas. As famílias são provenientes de camadas mais pobres do tecido social e moradoras em barracos na Baixada Fluminense. Serão utilizadas letras para designar os adolescentes e os familiares entrevistados.

Apresentação e Discussão das Entrevistas

Caso A

O ato infracional praticado pelo adolescente A foi porte de drogas, sendo ele também usuário. Conta hoje 17 anos, cursou até a 5ª série e encontra-se em regime de liberdade assistida. Mora com sua mãe, uma irmã de 8 anos e tem outra mais velha, com 20 anos, já casada que não mora com eles; cada um dos três filhos é fruto de relacionamento com diferentes companheiros da Sra A. Ela relata que separou-se do pai de A (segundo companheiro) quando o filho contava um ano porque descobriu que o mesmo estava "*tendo um caso*" (sic) com sua irmã que é "*garota de programa*". Note-se que o primeiro companheiro da Sra A também a abandonou por ter-se envolvido com outra mulher, quando a filha mais velha era ainda bebê. Da união com o terceiro companheiro nasceu a filha caçula. A praticamente não conheceu o pai e segundo relato da mãe, o jovem teve no padrasto (terceiro companheiro) a figura paterna, era com ele que saía, brincava, jogava bola, etc. Hoje, quando perguntado se gostaria de conhecer o pai, se irrita e diz que não quer saber dele.

A nasceu a termo, foi um bebê calmo mas diferente das duas irmãs, "*nunca pegou o peito*" (sic), sendo amamentado por mamadeira enquanto a mais velha mamou até quatro anos e a caçula até oito meses. Quando

contava três meses, a mãe começou a trabalhar e o deixava com uma vizinha; refere ainda a Sra A, que saía de manhã muito cedo retornando à noite, e praticamente só via o filho nos finais de semana.

A mãe de A diz que nunca teve dificuldades em criar os filhos mesmo com a jornada de trabalho integral que cumpre até hoje, porque sempre contou com vizinhas que a ajudavam. Há aproximadamente dois anos veio a saber por um vizinho que seu filho não estava frequentando as aulas. Resolveu segui-lo sem ser vista e constatou que ele saía de casa no horário das aulas uniformizado, levando material escolar, mas ia para uma casa abandonada num morro próximo à escola e encontrava um grupo de amigos todos adultos, onde fumavam maconha.

A Sra A invadiu o local e deu uma “*surra de pau*” (sic) no filho, levando-o de volta para casa. Ao relatar o fato, a mãe se emociona e chora durante a entrevista dizendo que nesse dia ficou desesperada, chorou a noite toda, sentia-se sozinha, com uma enorme responsabilidade sem saber o que fazer. Deixa escapar também um desabafo: “*antes ele tivesse morrido aos dez anos quando teve febre reumática*”

A solução encontrada, na época foi “*entregar à promotora*” (sic). Procurou o Juizado da Infância e da Juventude, contou o fato e pediu para “*prenderem*” o filho porque ele estaria mais seguro detido do que em casa; por isso A foi encaminhado ao Instituto Padre Severino. Quando soube que fora denunciado pela própria mãe, A ficou muito revoltado e ameaçou agredi-la fisicamente, que se defendeu não permitindo que o filho a alcançasse, mas disse que se acontecesse de novo ela “*o mataria*”. Acrescentou, ainda, que relatou à juíza o fato ocorrido bem como a sua ameaça.

Nos dois últimos anos, A já passou por diversas internações em diferentes instituições destinadas a adolescentes infratores e também no Hospital João XXIII, onde fez tratamento contra dependência química. Deste último foi expulso por usar drogas, no interior do hospital, trazidas por um amigo que fazia tratamento ambulatorial. Na ocasião, quando pressionado pela equipe médica, acusou a mãe de trazer o tóxico para ele no dia de visita, fato que só ficou esclarecido quando um outro adolescente interno testemunhou acusando o verdadeiro culpado.

Apesar de relatar que o filho teve como pai o seu terceiro companheiro, a Sra A frequentemente se queixa dizendo que sempre teve que desempenhar em casa as funções de "pai e mãe", o que considera muito penoso e difícil, principalmente quando o filho tornou-se adolescente; justifica também o fato de ter procurado a promotora e a juíza quando descobriu o uso de drogas, por sentir que sozinha não teria meios para conter o filho.

No contexto familiar do adolescente parece haver uma lacuna no que se refere ao exercício limitador da função paterna. Ao descobrir que seu filho usava drogas, a Sra A precisou recorrer não só ao Juizado da Infância e da Juventude para que expedisse o mandato de apreensão como também buscou os policiais militares que efetuaram a detenção de seu filho, com quem combinou detalhes do procedimento como horário em que o encontrariam em casa, o que de fato ocorreu quando A estava dormindo.

Essas autoridades desempenharam a função repressora da lei paterna em lugar da Sra A e de seu companheiro. Ela acrescenta, quando perguntada sobre seu sentimento quanto à prisão do filho, que não teve nenhum arrependimento por ter feito a denúncia nem mesmo o vendo internado em estabelecimentos tidos como extremamente violentos. Justifica sua atitude acrescentando que os demais amigos que se encontravam na casa abandonada fumando com A, foram todos assassinados posteriormente; conclui, assim, que sua atitude livrou seu filho da morte.

A mãe de A revela dificuldades em estabelecer relacionamentos amorosos, já que os dois primeiros casamentos terminaram por motivos semelhantes, a traição dos companheiros, um deles inclusive com sua irmã, e o terceiro marido foi embora quando ela optou pelo filho. Por outro lado, parece haver também questões relativas à relação com a figura masculina de uma forma geral, já que A, o único filho homem foi também aquele que não foi amamentado no peito.

A Sra A relata que seu filho sempre foi um "*menino calmo e bem comportado*", por isso se surpreendeu ao descobrir seu envolvimento com drogas e "*más companhias*". Apesar de ter uma filha três anos mais velha, era ele que arrumava a casa, cuidava da irmã caçula e lavava roupa para a mãe, que ao chegar à noite em casa encontrava "*tudo arrumadinho e limpo*".

A mãe relata que sempre recomendou ao filho que não andasse com determinados meninos da redondeza que ela considerava "*maus elementos*". A obedecia mas queixava-se de que o chamavam de "*mulherzinha*" e "*filhinho da mamãe*". A Sra A fala em tom queixoso: "*meu filho mudou muito depois que completou quinze anos; hoje sai e não quer dizer onde vai, não estuda...*"

Quando A deixa de ser criança e, entrando na adolescência, já não mais aceita passivamente ser o "filho bonzinho" que excuta tarefas domésticas, sentidas como femininas, sua mãe parece não saber mais como lidar com ele. Por outro lado o filho, por falta de identificação com uma figura masculina, parece ter-se identificado com a mãe, ocupando seu lugar enquanto ela saía para trabalhar, cuidando não só da casa como da irmã caçula.

Sua mãe sente falta daquele menino que podia deixar como seu substituto. A Sra A transmite também a impressão de que seu companheiro não exercia nenhum tipo de autoridade sendo uma figura apagada na dinâmica familiar, e dessa forma todas as questões surgidas eram resolvidas somente por ela.

A partir do envolvimento de A com as drogas trazendo como consequência sucessivas internações em estabelecimentos judiciários, começaram também a surgir as brigas de sua mãe com o companheiro, culminando com a proposta deste de que ela escolhesse entre o ele e o filho, ao que ela respondeu: "*filho é para toda vida, homem, hoje tem um, amanhã pode ter outro*" (sic). O companheiro decidiu pela separação.

No vazio de uma figura masculina forte no meio familiar, o adolescente A, ao que parece, buscou construir sua identificação através da relação com traficantes adultos que lhe ofereciam maconha e com quem estabeleceu um vínculo de amizade e cumplicidade. A fragilidade da relação de sua mãe com o companheiro se expressa na decisão por ela tomada em relação à crise conjugal.

A Sra A, optando pela prisão do filho como uma forma de proteção que sua família não poderia oferecer, revela por outro lado, um aspecto inconsciente de suas dificuldades emocionais. Parece querer manter o filho

distante de si como forma de defendê-lo de seus próprios desejos destrutivos, como fica claro em alguns trechos de seu discurso.

Esses sentimentos são relatados de forma clara, por pelo menos três vezes, primeiramente ao pensar que seria melhor se A tivesse morrido aos dez anos, quando esteve muito doente. Em outro trecho de sua fala, ao relatar o episódio em que ameaçou de morte o filho se ele repetisse o gesto quando tentou agredi-la fisicamente. Finalmente o aspecto agressivo surge através de uma espécie de formação reativa, quando descreve a prisão como um meio de salvá-lo da morte, como se não houvesse nenhuma outra opção senão a entrega à justiça, para enfrentar a situação do filho.

A Sra A parece negar um fato primordial que é de conhecimento público, ou seja, no local onde pretendeu manter seu filho protegido, muitos adolescentes sofrem intensos maus tratos físicos e psicológicos e até mesmo alguns acabam morrendo em constantes rebeliões dentro dessas instituições em que cumprem medidas socioeducativas.

A mãe de A narra emocionada sua história de vida, segundo a qual perdeu o pai quando contava oito anos e diz com os olhos cheios de lágrimas sentir muitas saudades dele até hoje. Refere que na infância entendia-se muito melhor com o pai que era "*carinhoso*" do que com a mãe a quem chama de "*maluca*". Por duas vezes durante a mesma entrevista afirma que preferia que a mãe morresse naquela ocasião e tivesse sido criada pelo pai.

Após a morte deste e em função da rejeição por parte de sua mãe, resolveu morar com um casal de vizinhos mais velhos a quem "*adotou*" como avós talvez buscando refazer a família que se dispersou com a morte do pai. Poucos anos depois, essa "*avó*" vem a falecer e a Sra A relata que o "*avô*" tentou abusar sexualmente dela, ocasionando a saída também dessa casa. Conseguiu um emprego de doméstica e morava na casa dos patrões, e, novamente os "*adotou*" como pais, só saindo de lá para casar.

A história de vida da Sra A parece auto-explicativa no que se refere às dificuldades em relação às figuras masculinas desde a escolha dos companheiros até a interação com um filho na fase em que sai da condição de criança, transformando-se em um homem.

Caso B

O Adolescente B foi flagrado portando maconha, sendo também usuário, tem 17 anos, estudou até a quarta série e mora com um casal de tios e uma prima de 11 anos; B tem uma irmã de 18 anos, que mora com sua mãe, com quem também tem muito pouco contato. Foi criado desde bebê pela tia que comparece à entrevista e é sua responsável e pela avó, que morreu há oito meses.

A Sra B relata que os pais do adolescente moravam com ela e sua mãe quando a cunhada engravidou, e o casal resolveu morar em outro lugar. Quando o jovem tinha 5 meses e ainda não havia sido registrado, sua mãe o deixou com a avó dizendo que ia "*comprar leite*" não voltando mais. Conta ainda que a avó foi procurá-la para registrar o filho, pois "*não podiam nem batizar*", e isso foi feito.

A tia relata ainda que a mãe de B nunca deu nada para ele, e o pai tinha contato até os 8 meses, quando ia visitá-lo esporadicamente. Segundo a Sra B, "*de repente*" (sic) parou de ir ver o filho, suspeitou-se de que ele haveria morrido, o que foi confirmado posteriormente. Conta, ainda, que a cunhada "*sofria muito na mão do marido*" que constantemente a agredia e, por isso, considera em parte, justificada sua fuga de casa.

A tia relata que quando B foi morar com ela, tinha feridas nas costas que estavam "*em carne viva*" em consequência de uma alergia não tratada, ressaltando o quanto sua mãe não se importava nem cuidava do bebê

O nascimento do ser humano marca um momento de caos absoluto, indiferenciação, onde até as próprias reações fisiológicas necessárias à sobrevivência, como o ato de respirar tão desconhecido para o bebê, significam um fantástico desconforto. Há uma necessidade vital de adaptação às novas condições, inóspitas, se comparadas à vida intra-uterina.

É nesse momento, mais do que nunca, que a função materna se faz imprescindível e o será durante um longo tempo, uma vez que o ser humano nasce muito mais despreparado, desamparado e imaturo que animais de outras espécies. Pela história de B observamos que houve profundas falhas na fase da maternagem que sem dúvida deixaram graves seqüelas.

O processo de formação da identidade se dá, como sabemos, através das primitivas relações com a figura materna, época em que o olhar da mãe é

o espelho simbólico onde a criança vê sua imagem refletida, imagem esta que retorna ao seu interior como um instrumento fundamental para formação do ego. Winnicott (1971, [1967]) chega a afirmar que não existe um bebê sozinho; sua existência está condicionada à relação com a mãe. Ele pergunta: *"o que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? E responde: "vê a ele mesmo".* (p.154)

Por outro lado, alerta para o fato de que se nessa etapa o bebê está privado do contato afetivo, o desenvolvimento estará comprometido pois a energia libidinal destinada à formação da auto-imagem, será transformada em agressiva utilizada como defesa contra os ataques do meio externo

O adolescente atualmente vê a mãe muito raramente, a Sra B relata que ele *"não aguenta muito tempo na casa dela"* e que embora já o tenha convidado para morarem juntos, B recusou. A tia também relata que B é *"muito agarrado"* com a prima, sua filha e a considera como irmã.

A Sra B lembra que passou a gravidez com o sobrinho *"agarrado no (seu) pé"*, e afirma que nunca fez distinção entre o adolescente e sua filha, relata que também ela própria *"é muito agarrada com ele"*, e realmente demonstra em seu discurso, ser bastante afetiva e preocupada com o sobrinho. Sobre a mãe dele, diz que esta *"parece que não tem amor, que é desligada de tudo"*, e que *"agora, que ele está com dificuldades, era a hora de dar força, mas ela não liga"*.

As circunstâncias em que B viveu a mais remota infância parece que o marcaram de forma profunda da mesma forma que as cicatrizes deixadas em suas costas pela negligência sofrida em seus primeiros cinco meses de vida, quando ainda morava com os pais.

Temos a palavra de Winnicott a partir de seus estudos sobre delinquência na adolescência, em que afirma de forma taxativa que a raiz do comportamento anti-social encontra-se na privação precoce de cuidados afetivos. A trajetória de vida de B mostra que aos oito meses de idade, já havia perdido tanto a mãe como o pai. Winnicott (1987,[1956]) nos diz:

"...quando existe uma tendência anti-social, houve uma verdadeira privação (não uma simples carência); quer dizer, houve uma perda de algo bom que foi positivo até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-

se por um período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência" (p.131)

Possivelmente no início da vida, B tenha tido algum cuidado materno, senão não teria sobrevivido, porém viveu um ambiente de grande violência, na medida em que os pais brigavam muito e sua mãe era espancada, até que esta o deixa, escolhendo a filha mais velha, para acompanhá-la.

Apesar das perdas tão fundamentais, parece ter havido alguma compensação nas figuras da avó e da tia, assim, a infância de B é relatada como tranqüila, tendo cursado até a quarta série, apesar de não gostar de estudar e de dizer em casa que ia à escola, e ficar andando a cavalo, isto sim, o divertia muito.

Os problemas de B com a justiça começaram há aproximadamente dois anos, quando foi flagrado por porte de drogas. Ficou por um mês internado no Instituto Padre Severino, onde apenas a mãe tinha permissão para visitá-lo. A tia conta que na ocasião teve que localizá-la e informá-la do ocorrido.

Relata ainda que costumava ir com a mãe de B às visitas, para ter notícias, mas tinha de permanecer do lado de fora. Depois de lá, foi transferido para o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) onde passou seis meses e tinha ordem para sair nos fins de semana, que passava na casa da avó. Atualmente freqüenta, por ordem judicial, uma clínica para dependentes químicos e presta serviços no cartório como medida socioeducativa.

A situação de rejeição por parte da mãe vivida por B quando bebê, se mantém até a adolescência, quando de sua internação que só recebia visita da mesma por insistência da tia, esta sim, juntamente com a avó, desempenharam a função materna, funcionando como figuras de apoio.

As mais antigas experiências vivenciadas, deixam segundo Freud (1923) marcas profundas e duradouras na formação da identidade. Em O Ego e o Id (1923) chama atenção para a importância fundamental do período mais primitivo da vida, quando nos diz:

“os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros.” (edição eletrônica)

A Sra B relata ainda que atualmente ele está muito melhor, mas já foi muito rebelde, não ouvindo os familiares, achando que ele e os amigos estavam sempre certos. Hoje escuta, gosta de conversar e trabalha fazendo biscate, coisa que nunca havia feito antes. A tia diz que acredita que o problema do sobrinho era *“a falta de um homem”*.

Atualmente o jovem conversa muito com o tio, com quem se entende bem e respeita. Este passou a lhe dar limites, dizendo que B *“tem que decidir sua vida para poder continuar morando junto com eles”*. A Sra B refere que antes do ato infracional ela se preocupava e chamava atenção do adolescente por causa das *“más companhias”*, mas a avó não acreditava, assim como continuou não acreditando que o neto havia se envolvido com drogas nem mesmo quando foi preso; considerou uma injustiça contra B.

Ainda que criado sem sua mãe biológica, B teve efetivamente duas mães substitutas, nas pessoas da avó e da tia, fato que possivelmente também tenha causado uma certa dificuldade em sua formação, pela ambivalência das figuras de autoridades. A tia, apesar de muito afetiva, ainda procurava colocar algum tipo de limites, por outro lado a avó aceitava todas as atitudes de B, até mesmo negando as evidências dos riscos que o neto corria com suas amizades e os lugares que freqüentava.

O tio, por sua vez, a única figura masculina com quem convivia em casa, não se envolvia com sua educação até a ocasião de sua prisão, somente, então, passou a impor limites e ao que parece, finalmente B está tendo uma figura positiva de identificação.

A figura paterna tem a função de apontar outras saídas mais maduras de adaptação à realidade para que a criança vá podendo aos poucos se independentizar da proteção materna, e estabelecer um modelo de identificação diferente da mãe. Freud nos diz que a identificação é a expressão mais arcaica da relação afetiva.

É através desse mecanismo que a cultura, os valores e características familiares se transmitem de pais para filhos. A função paterna, em última instância, expressa-se pela estruturação dos limites que separam a mãe do filho.

Na avaliação da tia, B vai melhorar, pois quer trabalhar, já foi chamado para trabalhar em uma “*boca de fumo*”, mas recusou, afirmando que não quer mais se envolver com crimes. A entrevistada acha que pode ajudar o sobrinho “dando força”, pois considera que se não tiver seu apoio, não terá o de ninguém, e voltará a cometer infrações.

Caso C

O adolescente C realizou assalto a mão armada com um grupo de colegas em um ônibus; conta hoje quinze anos e vive com a mãe, padrasto e duas irmãs, uma de dezessete e outra de dez anos. Foi à escola pela primeira vez aos cinco anos e estudou até a quarta série, mas parou porque não gostava de estudar. O pai faleceu quando C tinha dez anos, era alcoólatra e bastante agressivo, frequentemente espancando a mulher e os filhos.

Sua mãe lembra que não desejava ter filho homem, chegou a tentar fazer um aborto porque “*homem quando cresce vira bandido*”. Acrescenta que C sempre foi muito agressivo e afirma que “*a ruindade dele começou aos dois anos, nessa idade já era brigão*”.

Em seu trabalho *Alguns Aspectos Psicológicos da Delinquência Juvenil*, Winnicott (1946) trata do comportamento anti-social caracterizado por roubo e afirma:

Quando uma criança rouba fora de sua casa, está ainda procurando sua mãe, mas fá-lo com um maior sentido de frustração e precisando cada vez mais, ao mesmo tempo, de encontrar a autoridade paterna que possa pôr e, de fato, ponha um limite ao efeito positivo de seu comportamento impulsivo e à concretização de idéias que assaltam a criança quando se encontra num estado de excitação. (p.122)

A primeira gravidez da Sra C não foi planejada, tendo ocorrido acidentalmente da relação com um namorado, quando ainda era “*muito jovem*”, contava na época vinte e dois anos. Engravidou da segunda filha mesmo tomando anticoncepcionais, quando já era casada. O marido queria muito um filho homem, mas ela não queria e tomava injeção de anticoncepcional para não engravidar. Parou por um mês, e engravidou de C.

Relata ainda que não desejou engravidar de nenhum dos quatro filhos, mas especificamente a gravidez de C foi um período de “*muitos aborrecimentos*”, e que o menino foi muito rejeitado por ela. O marido bebia bastante, brigava na rua, tendo sido levado para a delegacia algumas vezes, ela sofria “*fortes tensões*” e que chorava muito.

Não queria ter um filho homem, por medo dele “*virar bandido*”. Quando perguntada como se sentiu com o nascimento de C, respondeu: “*nasceu, criei, né?*”, acrescentando que sempre deu amor, carinho e sempre fez tudo pelos filhos. O menino foi amamentado até um ano e dez meses.

A vivência de rejeição por parte de sua mãe, portanto, inicia-se antes mesmo do nascimento de C. A partir da qualidade das primeiras relações com a figura materna e das identificações estruturadas nesse período muito remoto, teremos ou um ego bem integrado, bem desenvolvido e que será capaz de lidar com as situações adversas da vida, ou por outro lado, se houve graves falhas básicas nesse período, e até mesmo posteriormente, o indivíduo se constituirá com uma fragilidade que o incapacitará de enfrentar o sofrimento ou as frustrações da vida.

A esse ego frágil não restará outra possibilidade senão dramáticas tentativas de construir defesas, dentre as quais o uso da violência que traz dentro de si, sendo projetada no mundo externo, como se pudesse assim, livrar-se de sentimentos insuportáveis. Parece que C trilhou esse caminho, usando de agressividade com o mundo a sua volta, a começar contra a própria mãe rejeitadora.

A mãe de C relata que a infância do filho foi marcada por muitas brigas, e que ele não tinha amigos pois “*vivia brigando*”. Isso só ocorria na rua, sendo um bom menino em casa, ajudando a família. A Sra C conta que o filho quando contava dois anos bateu com um martelo de brinquedo na cabeça de outra criança, e esta tem sequelas até hoje. Esse fato veio a confirmar a expectativa da mãe em relação à “*maldade*” dos homens, o que motivava o repúdio em ter filho de sexo masculino.

Os pais de C foram casados por 16 anos até que, há 5 anos atrás, o pai veio a falecer. A Sra C o descreve como um pai “*amoroso, mas agressivo*”, e acrescenta que C, por ser homem, era o “*filho predileto*” dele,

até que a irmã caçula nasceu, quando C tinha cinco anos e ela passou a ser “o xodó do pai”, desbancando o menino do lugar privilegiado junto ao pai.

A Sra C conta que o casal brigava bastante, e o marido era muito violento, ofendendo-a verbalmente e agredindo fisicamente, o que os filhos presenciavam. No entanto, o pai também usava de violência para proteger o filho quando este brigava na rua, ameaçando agredir em quem batia nele, mesmo que fosse outra criança.

A mãe lembra que o adolescente, no primeiro momento, não reagiu quando soube da morte do pai, diz que ficou imóvel, sem dizer nada; na ocasião contava dez anos. Posteriormente, porém, mostrava-se inconsolável, não aceitando o que havia acontecido.

A dinâmica da família é relatada como bastante conturbada e envolvendo muita agressividade. A mãe diz que o filho não gosta dela, mas que gostava do pai, e que fica agressivo quando o frustra, não dando as coisas que quer, como roupas ou dinheiro para sair.

Para o bebê, que vive em dependência absoluta, o atendimento de suas demandas é o sinônimo de amor. Podemos, portanto, dizer que quando aí existe uma falha, há mais que isso, surge um abismo afetivo além de uma introjeção deficiente do modelo de ideal de ego, que se expressará na insegurança e debilidade de enfrentar a vida.

Winnicott (1946) estuda a profunda carência afetiva que denomina *deprivação*, chamando atenção para a gravidade desse fato e cunhando o conceito de complexo. Ele nos diz que:

“Uma criança sofre de privação quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar. Torna-se manifesto um certo grau do que poderia ser chamado de complexo de privação. O comportamento anti-social será manifesto no lar ou numa esfera mais ampla”.(p.130)

A forma como a Sra C se refere ao filho também chama atenção, pois apesar de ser um adolescente de quinze anos, fala como se tratasse de um adulto. Frequentemente no relato diz que C “*leva mulheres para o quarto dele*”, e por isso ela decidiu construir uma saída independente para a rua, para que não precisasse passar com as *mulheres* por dentro de casa. Por

outro lado, está sempre reclamando dessa situação com o filho e a resposta dele é sempre alguma ameaça de agressão.

A Sra C casou-se novamente, mas o padrasto de C não se envolve com as frequentes agressões físicas entre mãe e filho. Sua mãe revela a vontade de sair de casa com o atual marido e filhas deixando o filho morando sozinho em sua casa.

C construiu uma forte identificação com o pai morto, estabelecendo com a mãe o mesmo tipo de relação que tantas vezes presenciou entre o casal parental. Por outro lado, o adolescente parece ter feito uma associação entre ser homem e ser violento, transmitida pela figura materna antes mesmo de seu nascimento. Na entrada da adolescência, como uma forma de consolidar sua masculinidade frente à sociedade, se utiliza do papel que lhe foi conferido no contexto familiar.

Winnicott (1956) considera que:

"a tendência anti-social caracteriza-se por um elemento nela que compele o meio ambiente a ser importante. O delinquente através de impulsos inconscientes, compele alguém a encarregar-se de cuidar dele" (p.130)

O adolescente C, segundo sua mãe, "*não gosta de carinho, a não ser quando quer algo*", conclui que "*assim fica difícil de amá-lo*". A Sra C diz que vive em um "*ambiente difícil de se conviver*",

Os problemas com a justiça começaram quando C começou a frequentar bailes funk. A mãe alertava sobre as más companhias, mas o adolescente não obedecia, e acabou se envolvendo com criminosos, tendo sido encontrado com uma arma. A Sra C, de forma contraditória, afirma em determinado momento da entrevista, que o filho era obediente e carinhoso até os 12 anos, quando começou a sair com os tios, seus irmãos, que têm idades próximas à dele, estes lhe ensinavam "*coisas de homem*".

Começou então a ir a festas de pagode e funk, deixando de ser carinhoso e de respeitar, tendo se tornado agressivo. A mãe de C informa, ainda, que seus irmãos são traficantes de drogas e levaram seu filho para esse meio. Conclui afirmando que tudo isto ocorreu após a morte do pai do adolescente.

Quando perguntada sobre a solução que espera para a situação do filho, a Sra C diz que “*só Deus pode ajudar*”. Relata que o filho é muito trabalhador e amigo das pessoas, seu “*problema*” acontece apenas com a família e dentro de casa.

Novamente numa atitude ambígua, a Sra C que em alguns momentos afirmou querer abandonar o filho, quando ele foi detido, assinou um termo de responsabilidade para que o adolescente não fosse internado. Em diversos momentos, posteriormente, se arrependeu pois diz que não está aguentando mais a agressividade do filho.

Fala também que “*o problema dele é que ele só quer saber de mulher*”. Considera o filho culpado da situação em que se encontra, pois pegou em arma porque quis; e afirma que o filho é “*medroso e incapaz de roubar*”, mas gosta de “*tirar onda*”.

A máscara do poder conseguido a partir do porte de uma arma, esconde, porém, alguém muito perdido e desamparado, desejoso de encontrar um continente que o receba e preserve da própria destruição, como um bebê solitário se debatendo com suas fantasias onipotentes. Não raro esse continente é encontrado dramaticamente na figura do policial como ocorreu com C.

Esse jovem recebeu intensa rejeição de sua mãe antes mesmo do nascimento. Em seu estudo sobre a delinquência, Winnicott (1946), nos informa:

“A criança que furta um objeto não está desejando o objeto roubado, mas a mãe, sobre quem ela tem direitos. Esses direitos derivam do fato de que (do ponto de vista da criança) a mãe foi criada pela criança. A mãe satisfaz a criatividade primária da criança e, assim, converteu-se no objeto que a criança estava disposta a encontrar”. (p.122)

Sobre sua história de vida, a Sra C, que tem 39 anos e é a filha mais velha de uma família extensa, relata que tem “*uns 12 irmãos*” (sic), e que moravam todos juntos com a mãe e o pai, no mesmo lugar onde mora atualmente. Foi criada por sua mãe praticamente sozinha, acrescenta que seus irmãos sempre foram muito unidos, o que acontece até hoje, havendo apenas pequenas brigas, consideradas por ela, normais. Diz que sempre teve uma boa relação com a mãe, mas que não se dava bem com o pai, sendo bastante rebelde com este.

Conta que sua vida era bastante sacrificada, pois o pai, que é falecido, era alcoólatra e maltratava os filhos e a mulher, agredindo-nos fisicamente. Estudou até a quarta série, tendo parado porque precisava trabalhar.

A Sra C parece ter buscado um companheiro à imagem e semelhança de seu próprio pai, como num mecanismo de compulsão à repetição, sua família nuclear se reproduz na família por ela construída com o marido. Parece óbvio o motivo pelo qual não desejava ter um filho homem, uma vez que a figura masculina está totalmente associada à violência e ao banditismo derivada não só da imagem paterna mas também dos irmãos.

Caso D

O ato infracional cometido pelo adolescente D foi porte e uso de drogas; tem atualmente dezesseis anos e sua família é composta por mãe e dois irmãos mais velhos, uma moça de vinte e três e um rapaz de vinte anos, o pai os abandonou quando D contava três anos, após frequentes brigas com sua mãe por ser, segundo ela, "*muito mulherengo*".

A Sra D relata que nunca desejou ter filhos, por isso fez três abortos, e seu primeiro filho foi natimorto em consequência de circular de cordão. Lembra que durante a gravidez de D imaginou que nasceria outra menina, por isso comprou roupas cor de rosa, decepcionando-se com o nascimento de D.

A primeira gravidez da Sra D não foi desejada, porque estava namorando seu futuro marido. Relata que não tinha vontade de ter filhos, mas acabou engravidando porque não podia fazer uso de anticoncepcionais com os quais "*passava mal*" (sic). Além do primeiro filho, falecido ao nascer, fez ainda dois abortos e depois engravidou da filha mais velha atualmente com 23 anos, que não mora mais com a família. Depois nasceu um menino, hoje com 20 anos, em seguida fez um novo aborto e finalmente teve D, que é o caçula.

Quando soube desta última gravidez, pensou em abortar, mas o bebê já tinha 3 meses e "*não dava mais*". D nasceu a termo, com pouco peso a menos que os irmãos, foi amamentado até os cinco meses enquanto a filha mais velha foi amamentada até dois anos e o segundo até três meses.

Apesar de não desejar ter filhos, uma vez engravidando, parece nítida a predileção da Sra D pelo sexo feminino. Esse fato se expressa não só na diferença no tempo de amamentação da filha em relação aos filhos, como também na fantasia, vivenciada como realidade, de que teria outra menina quando da gravidez de D. Dessa forma, à rejeição pelo fato de estar grávida, se somou a decepção por nascer outro menino.

A infância de D, que atualmente cursa a 7ª série, é descrita como “*não tendo nada de anormal*”, e que o menino costumava brincar com os irmãos e com os vários primos. A Sra D separou-se do marido, após quatorze anos de relacionamento, quando D tinha três anos de idade, sendo ele o único filho com quem o pai tem uma boa relação. Informa que seu ex-marido “*começou a ganhar dinheiro e a andar com outras mulheres*”, e que houve muitas brigas até a separação; demonstra ainda bastante revolta e sofrimento ao relatar tais fatos.

Segundo a Sra D, por ocasião da separação, os dois filhos homens optaram por morar com o pai, o que aconteceu por aproximadamente quatro meses, quando voltaram a morar com a mãe porque a mulher do pai brigava muito com eles. A Sra D não se casou novamente e diz que não se relaciona com ninguém há três anos, após um namoro que durou outros três anos.

É relevante lembrar que quando os pais se separaram, D contava três anos e o irmão sete, o que nos leva a crer que, pela pouca idade, a decisão de morar com o pai não deva ter sido somente dos filhos.

D é descrito como um filho carinhoso e amigo, mas muito fechado, não gostando de conversar. A mãe diz que atualmente o tem achado “*revoltado e nervoso*”, pois não consegue encontrar trabalho. Apesar disso, respeita todos em casa e tem uma boa relação com os irmãos, ocorrendo apenas pequenas brigas consideradas “*normais*”.

Os problemas com a justiça se iniciaram há um ano, quando D saiu com amigos portando maconha, que, segundo sua mãe “*foi colocada por outros em sua mochila*”. Por esse motivo, apenas ele foi preso, ficando por cerca de um mês numa instituição, de onde a mãe considera que “*saiu pior*”, devido ao convívio com meninos que cometeram atos infracionais mais graves.

O adolescente atualmente faz tratamento, por ordem judicial, em uma clínica especializada no tratamento de dependência química. A Sra D relata que a maior parte dos colegas de seu filho "é *viciada*", e que ela sempre o alertou sobre as más companhias.

Quando percebeu que estava fazendo uso de drogas, "*brigou muito com ele*" e notou também uma modificação em seu comportamento que antes era mais calmo e quieto, e atualmente está mais agitado. Considera que a solução para esses problemas seria D conseguir um trabalho, pois conheceria novas pessoas, não envolvidas com drogas.

A partir de falhas precoces na introjeção de uma figura paterna que estabeleça limites, uma vez que D teve muito pouco tempo de relação com seu pai, o marginal passa a representar esse superego sádico primitivo, com o qual o adolescente se identifica. Através do uso da droga, demonstra a rebeldia contra a sociedade na pessoa dos familiares, e os ameaça constantemente com suas atuações, ascendendo rapidamente ao lugar de "chefe" da família, impondo seus caprichos como lei, controlando o grupo que não consegue lhe impor limites, porque ele próprio também representa o superego sádico social.

Sobre sua vida, a Sra D relata que tem 43 anos e é a mais velha de 11 irmãos, com quem morava na infância, junto aos pais. Quando nasceu, sua mãe, contava 17 anos, cuidava dos filhos, mas como trabalhava, era uma outra pessoa quem tomava conta durante este tempo. Os pais eram considerados rígidos, batiam muito quando os filhos faziam algo errado; a Sra D se relacionava melhor com a mãe que tratava os filhos de forma igual, enquanto o pai "*tinha preferência por dois filhos homens*".

A Sra D estudou até a quinta série, tendo parado aos 12 anos, pois tinha que trabalhar. Relata que desejava continuar estudando, mas tinha que cuidar dos irmãos menores. É madrinha de um dos irmãos menores a quem tinha que levar quando saía, pois assim seus pais deixavam, embora sempre tivesse hora para voltar para casa.

É, de certa forma, compreensível que a Sra D não desejasse ter filhos e até tenha ativamente rejeitado a gravidez realizando três abortos. Por ser a filha mais velha, teve que desempenhar funções maternas em relação aos

irmãos, substituindo sua própria mãe enquanto esta trabalhava para ajudar no sustento de família tão numerosa.

Provavelmente houve falhas na introjeção da função materna, por não poder contar com os cuidados da mãe, mas mesmo assim, a Sra D teve que desempenhar essa tarefa em relação aos irmãos, com prejuízo mesmo de seus planos de continuar estudando. Parece que as frustrações derivadas de sua história de vida, a levaram a rejeitar os filhos, principalmente homens, por quem seu pai tinha preferência.

Caso E

O jovem E tem dezesseis anos, foi flagrado portando drogas das quais também é usuário. Atualmente mora com a mãe, padrasto e dois irmãos mais velhos, um contando vinte e três e outro vinte anos. A Sra E relata que tinha quatorze anos quando começou a namorar o pai de E, com quem esteve casada por dezesseis anos. Com relação ao filho, relata que sua gravidez foi tranqüila, já tinha experiência por já ter dois filhos, afirma ainda, que todos os filhos foram desejados pois sempre quis ser mãe, amamentou E por três anos.

Separou-se do marido há sete anos, quando E contava nove, o filho, porém, nunca aceitou a situação e sempre a recriminou pela decisão. A Sra E relata que quando se houve a separação, E quis ir morar com o pai, e este não permitia que ele visitasse a mãe e os irmãos, não aceitando também que os outros filhos fossem à sua casa. Em consequência dessa decisão, mãe e filho ficaram sem se encontrar durante cinco anos, dos nove aos quatorze.

Passado esse tempo, o pai expulsou E de casa por ciúmes de sua relação com a madrasta. Segundo a mãe, o adolescente argumenta que a mulher do pai o tratava bem, por isso o este imaginava haver "*um caso entre os dois*" (sic).

Quando o adolescente voltou para casa da Sra E, ela já havia casado há um ano, e o atual marido não sabia da existência desse filho, pois ela nunca havia contado. Relata que inicialmente nem o reconheceu quando o viu no portão de sua casa, no Dia das Mães, com um presente para ela.

Sobre o reencontro diz: *"eu vi ele parado me olhando, não falou nada. Estava muito mais comprido e com o cabelo pintado de loiro. Fiquei uns minutos olhando, e no princípio não reconheci"*. O companheiro perguntou *"quem é este menino?"* e só aí eu respondi: *"é o meu filho"*.

Quando o filho aos nove anos resolveu morar com o pai, defensivamente a Sra E o apagou de sua lembrança e de sua vida, embora em seu relato afirme que sempre quis ser mãe e os filhos foram desejados.

Parece que a opção de E por morar com o pai a deixou ferida narcisicamente, assim negou sua existência, omitindo o fato de ter mais um filho até mesmo para o segundo marido. Por outro lado, E volta, não por opção, mas pelos desentendimentos com o pai, e lhe traz um presente no dia das mães, parece que a recíproca não era verdadeira, E não esqueceu de sua mãe.

Nessa ocasião, a Sra E resolveu contar ao filho, os fatos que culminaram com a separação; revelou que na época houve uma festa em sua casa, e num determinado momento o pai de E foi flagrado por uma cunhada (irmã da Sra E) com um travesti em sua cama. Relata que sofreu muito nessa época, mas não quis contar nada para os filhos para os preservar e também a imagem do pai deles. Ainda assim, tentou relevar o fato e continuar casada, mudou de bairro, por causa dos comentários e procurou começar *"vida nova"* mas, pouco tempo depois, soube que o marido havia arranjado uma amante e, a partir dessa situação, decidiu então pela separação.

Mesmo que E não tivesse conhecimento consciente dos fatos que levaram os pais a se separar, muito provavelmente o soubesse de forma inconsciente; o fato concreto é que optou por ir morar com o pai por discordar da decisão de sua mãe de se afastar o pai.

Pela história de vida de E, podemos entrever dificuldades na introjeção de uma figura paterna forte que o possa proteger ao mesmo tempo que seja representante da lei. O pai do jovem parece ser uma pessoa bastante imatura e talvez não tenha formado adequadamente sua identidade masculina. Se por um lado relacionava-se com travesti, por outro tinha amantes, parecendo não ter uma opção sexual muito definida. O filho, ao atingir a adolescência, passou a ser vivenciado como um rival que deveria ser afastado de seu convívio e de sua mulher.

A mãe de E associa a revelação sobre os motivos da separação do casal com seu envolvimento com o uso de drogas, diz que ele não aceitou o fato e começou, a partir daí, a "*andar com más companhias*". A Sra E ressalta que o filho nunca foi traficante, mas foi pego com duas trouxinhas de cocaína na boca de fumo.

Conta que ele sempre foi muito prestativo e carinhoso e trabalhava com o pai, que possui uma oficina mecânica. Desde que foi pego com a droga, o pai, que já casou-se mais uma vez, passou a tratá-lo como se fosse um traficante. A mãe refere que o filho sempre foi muito "*sensível e chorão*", e sofre muito com o afastamento do pai.

Quando falta a figura paterna, peça fundamental na estruturação do mundo interno do indivíduo, a construção da identidade do adolescente se fará de forma deficiente, e essa falha acarretará uma certa fragilidade na relação com o mundo.

O ex-marido nunca ajudou financeiramente a família, e sempre ameaçou Sra E caso entrasse na justiça contra ele. Mãe, padrasto e filhos moram em um terreno com mais duas casas que pertencem uma à irmã e outra ao irmão da Sra E. Conta que todos em sua família e também os vizinhos apoiam e incentivam o filho, que está fazendo tratamento para dependência química.

Em casa, E é mais apegado ao irmão mais velho, com 23 anos, diz também que o filho tem medo de ser preso, ou internado, mas que está mais carinhoso e tranquilo, como era quando criança e pretende voltar a estudar este ano. O padrasto também tem uma boa relação com E; a mãe considera que são amigos e relata: "*quando soubemos que meu filho estava na delegacia, ele desafiou o delegado pedindo para o prenderem no lugar de E*".

A situação de E pode ter um prognóstico favorável, na medida que fez da relação com o irmão mais velho e com o padrasto, uma espécie de compensação das graves falhas afetivas introjetadas na relação com seu pai.

Depois que E foi expulso da casa do pai, este separou-se da mulher com quem tem uma filha de três anos e também não dá ajuda financeira a essa família. Acrescenta que o pai está agora namorando uma menina de 15 anos, a quem "*dá tudo*."

Esse dado da história paterna parece comprovar seu grau de imaturidade; ele que expulsou o filho por ciúmes da relação com sua ex-mulher, passa a namorar uma adolescente como E, como se, de alguma forma demonstrasse sua inveja do jovem filho.

Ao relatar sua história de vida, a Sra E conta que teve uma infância muito triste e sofrida, às vezes chora muito e se sente deprimida ao lembrar do passado. Quando tinha sete anos de idade seu pai se suicidou. Considera que isto ocorreu por sua mãe ter um amante, que após a morte de seu pai casou-se com ela. Tem duas irmãs do primeiro casamento da mãe e mais quatro irmãs e um irmão frutos do segundo casamento.

Nunca teve bom relacionamento com o marido da mãe, a quem culpa pela morte de seu pai. O padrasto espancava a Sra E a pedido de sua mãe quando ela tocava nesse assunto. Relata ainda que foi praticamente criada por sua avó, pois sua mãe era auxiliar de enfermagem e trabalhava muito.

Na escolha do primeiro marido, parece que a Sra E havia feito uma forte identificação com seu pai morto, que também viveu e sucumbiu à traição de sua mãe.

Aos 12 anos a Sra E começou a trabalhar como empregada doméstica. Ficou afastada da família e a única pessoa que via era o padrasto que mensalmente ia ao seu trabalho buscar todo o salário para entregar à sua mãe. Diz que gostava da mãe, já falecida, pois *"mãe é mãe, mas ela permitiu que eu sofresse muito"*. Morreu quando a Sra E tinha dezessete anos e a avó faleceu no ano seguinte. O padrasto ainda é vivo, mas não tem contato nenhum com ele.

Caso F

O ato infracional praticado por F foi porte de arma, o adolescente tem quinze anos, é o segundo filho de uma prole de seis que situam-se na faixa entre dois e dezessete anos. F nasceu a termo, foi desejado, e amamentado até três meses. Os pais estão casados há dezoito anos e todos os filhos são do casal. A Sra F faz questão de citar os nomes completos de todos os filhos e suas idades, ao falar sobre eles parece sentir-se muito orgulhosa.

Relata que os problemas de seu filho com a justiça começaram *"no dia 18 de agosto de 2000"* (sic), quando o adolescente tinha completado quatorze

anos há pouco tempo e foi flagrado pela polícia portando uma arma que dizia pertencer a um colega. Segundo ela, F pediu para usar o revólver na cintura como uma forma de exibição, “*queria fazer bonito para as meninas*”.

Em consequência desse fato, foi internado no CRIAM, tendo lá permanecido cerca de seis meses, havia fugido na semana anterior à entrevista, logo recapturado e encaminhado para internação no CAI Baixada onde encontrava-se até então.

O porte da arma tem para o jovem uma conotação fálica, muitas vezes é uma expressão de sua masculinidade, além de conferir poder, demonstra o *status* de quem a usa. Parece que F no início da adolescência, temeroso quanto à entrada no mundo adulto, inseguro em relação à sexualidade, precisou “*fazer bonito para as meninas*” utilizando esse artifício como uma forma de auto-afirmação.

Além das já conhecidas desigualdades sociais derivadas da absurda disparidade na distribuição de renda no Brasil, há uma profunda diferença na relação estabelecida entre o aparato policial e o jovem proveniente dos estratos mais pobres e o tratamento dado ao oriundo da classe média, ainda quando o que está em jogo é a prática do mesmo ato infracional.

A reportagem publicada sob o título *Eles se acham acima da lei* confirma essa realidade tão cotidiana no Brasil, diz ela:

“Quando foi preso pela quarta vez, em junho de 1999, comprando um revólver no Centro do Rio, o adolescente Álvaro, então com 14 anos, alertou a polícia: “Não sei se tenho recuperação”.

Dia 28/6/2002, durante assalto à Clínica Dentária Santa Rosa, em Botafogo, onde ele e mais três amigos armados fizeram 15 reféns, Álvaro mostrou que tinha razão”.
(O Dia - 7/7/2002)

Aos quatorze anos, mesma idade em que F foi preso por estar portando arma, o adolescente referido na reportagem, mesmo já tendo sido preso quatro vezes, escapou de todas, estava livre novamente, comprando arma. F foi internado no CRIAM por seis meses e após a fuga recolhido em poucos dias à instituição destinada a adolescentes que cometeram crimes.

A sequência da mesma reportagem, aponta mais alguns dados significativos:

“Nos últimos três anos, Álvaro acumulou 11 processos no Juizado da Infância e da Juventude pelos crimes de furto, roubo, porte ilegal de arma, uso de entorpecentes e lesão corporal.

Hoje, com 17 anos e integrante de um bando conhecido como a Galera da Muniz Barreto, o filho de classe média usa o que aprendeu nos melhores colégios e a boa aparência para ampliar a ficha criminal". (op. cit.)

A impressão que a Sra F transmite ao relatar a prisão do filho é a de não haver nenhum tipo de sentimento em relação ao fato. Fala com naturalidade como se esta instituição fosse mais uma escola que F está frequentando.

Sua postura causa uma certa estranheza por ser de conhecimento público na Baixada Fluminense, principalmente entre as mães de adolescentes infratores, que o Centro de Atendimento Intensivo (CAI) se utiliza de métodos bastante violentos no trato com os internos além de serem frequentes as brigas e espancamentos entre os próprios adolescentes. Por outro lado, essa postura contrasta com as referências feitas pela Sra F aos filhos, sempre com uma conotação bastante afetiva.

Em alguns segmentos da população mais pobre, parece haver uma certa passividade em relação às ações de autoridades policiais e judiciárias conseqüente da vivência de exclusão social profundamente arraigada há muitas gerações. O jovem morador na Baixada Fluminense encontra-se mais exposto ao preconceito e à violência policial, sem contudo, esboce reação por medo.

Por outro lado, o adolescente de classe média ou alta, em geral, assume uma postura desafiadora, derivada de uma corriqueira confiança na impunidade.

A mãe de F diz que a única dificuldade que sempre teve na educação do filho foi a rebeldia que demonstrou, desde pequeno, em relação aos estudos. Para ilustrar, passa a relatar detalhadamente as varias tentativas que fez para que "*ele gostasse do estudo*" colocando-o na primeira escola, uma creche, aos três anos.

Trocou inúmeras vezes de colégio, matriculando até mesmo em escolas particulares nas quais conseguia bolsa de estudos. F, porém, foi expulso de algumas por mau comportamento e de outras pediu para sair porque não se adaptava. A mãe diz que "*precisava*" que os filhos fossem à escola para que ela pudesse sair para trabalhar. O colégio era, para ela, uma garantia de que os filhos estavam em segurança, porém muitas vezes estava

tranqüila pensando que F estava na escola e o encontrava brincando na rua, fato que a aborrecia.

Atualmente, F quer parar de estudar e conseguir trabalho como pedreiro, como o pai, ofício para o qual, segundo sua mãe, tem muito jeito e até já fez alguns biscates na vizinhança. O valor que a Sra F dá à escolaridade se deve não só a questões práticas como inicialmente relata. Conta, visivelmente envergonhada, que é analfabeta e que isso a tem prejudicado muito na vida.

Considera que se soubesse ler poderia fazer faxinas em escritórios, o que lhe daria um melhor rendimento do que tem no trabalho em casa de família, e explica, não conseguindo ler, *“não vou saber nem se um papel é importante ou se é para jogar no lixo”*. Acha que se o filho estudar terá um futuro melhor.

Ao ser perguntada sobre uma boa lembrança do passado, diz de pronto: o dia em que F começou a andar, aos nove meses. Emocionada, relata com os olhos marejados, que estava pendurando roupa na laje, quando olhou para trás e viu o menino andando, lembra que ficou tão feliz que gritou e correu para segurá-lo porque podia cair da laje.

F parece ter tido uma boa maternagem, pelo menos, é muito clara a relação amorosa que sua mãe tem com todos os filhos. Apesar de ter sido amamentado somente por três meses, F tinha a presença e atenção de sua mãe em casa até seus três anos, quando foi matriculado em uma creche para que ela pudesse trabalhar. A Sra F transmite a impressão de ser uma pessoa que se preocupa muito com o bem estar e futuro dos filhos.

A mãe de F destaca um acontecimento que considera como o marco da mudança de comportamento do filho. Lembra que ele era um menino quieto, não dava muito trabalho e a ajudava nas tarefas domésticas. Era principalmente F, dentre os filhos, que sempre se oferecia para carregar água, já que não têm água encanada. Diz que sempre foi tranqüilo até o dia em que o pai chegou do trabalho mais cedo, alcoolizado e o filho estava na rua brincando.

O Sr F procurou-o em casa, não achando *“começou a berrar por ele”*. Segundo a mãe, assustado, o adolescente escondeu-se na casa da avó que mora perto. O pai desconfiou, entrou lá gritando, perguntando pelo filho e a

avó, por sua vez, com medo do que ele pudesse fazer, respondeu que não o viu.

Minutos mais tarde, F apareceu na rua, em frente à sua casa, com uma enorme pedra dizendo que *“ia matar o pai”*. Diante da situação, a atitude deste foi pegar outra pedra para também jogar no filho, nesse momento, vizinhos e parentes apartaram a briga e F naquela noite foi dormir na casa da avó.

Após essa briga, relata que F mudou de atitude, passando a *“ficar revoltado”*. A associação que a Sra F faz entre esse acontecimento e a atitude de revolta do filho se deve ao fato de que poucos dias depois do incidente, F foi flagrado pela polícia com o revólver. Ela argumenta que o filho quase não saía anteriormente para longe, em geral permanecia em casa ou nas redondezas brincando.

A Sra F conta emocionada que o marido, nesses anos todos de casamento, quase sempre chegava alcoolizado em casa, gritando, brigando com ela e até mesmo a agredindo fisicamente. Na maioria das vezes isso se passava de madrugada, acordando a todos. Mesmo que estivesse dormindo, o marido a obrigava a levantar e fazer comida para ele. Como o barraco onde moram só tem um cômodo, os filhos desde muito pequenos presenciavam a tudo, calados com medo de interferir. A Sra F considera que *“assistir a isso tudo fazia mal a eles”* apesar de esclarecer que o pai não costumava bater nos filhos.

Relata ainda, com os olhos cheios de lágrimas, uma lembrança que considera a mais dolorosa na relação com o marido. Dentre as inúmeras brigas, julga que a pior foi no dia em que ele a arrancou da cama puxando pelos cabelos, exigindo que fosse fazer sua comida.

F, como seus irmãos, presenciou desde sempre, a brutalidade com que o pai tratava a mãe, e é bem provável que tenha desenvolvido um misto de amor, ódio e medo dessa figura tão poderosa. Embora tais sentimentos estejam presentes em qualquer criança, as fantasias de F deveriam estar relacionadas a uma grande dúvida: se o pai agia dessa forma em relação a uma figura tão forte, como a mãe é vivenciada pela criança, o que poderia fazer com ele, tão pequeno e desamparado? F possivelmente foi crescendo

e internalizando a imagem de uma figura paterna tão idealizada quanto temida.

Em Totem e Tabu, Freud (1911) se refere às rígidas leis totêmicas criadas a partir do assassinato do pai primevo, relacionadas à proibição do incesto e ao assassinato dos membros do mesmo clã. A partir desse mito, deduz que *"estes devem ser os mais antigos e poderosos desejos humanos"*. Considera também que estes surgem na Humanidade *"tanto nos primórdios da infância, como no núcleo das neuroses"* (edição eletrônica). A aceitação da proibição desses desejos se transforma no alicerce da construção do superego e possibilita o indivíduo, se inserir na cultura.

A primeira briga de F com o pai ocorreu quando tinha quatorze anos, portanto, no início da adolescência, época em que os desejos infantis edípicos ressurgem de forma já camuflada pela repressão.

O jovem usa concretamente uma pedra nessa ocasião e dias depois o revólver como símbolos de sua masculinidade e poder. Na primeira situação enfrenta efetivamente o pai e na segunda, além de querer se exibir para as meninas, também desafia o policial, elemento deslocado da figura paterna que tem como função preservar a ordem social. Tais atitudes parecem denotar a introjeção da figura violenta do pai, F provavelmente construiu, em seu mundo interno, a relação entre ser homem e ser agressivo.

Em paralelo, fica claro outro aspecto da identificação com a figura paterna. Este é derivado da pulsão de vida, que tem como função primordial, o amor e a atuação coesiva e construtiva. F, por não gostar de estudar, deseja trabalhar e escolhe ser pedreiro, construir e consertar muros e casas, ou seja, criar, reparar. Segundo a mãe, já até ganhou dinheiro fazendo biscates para os vizinhos. F parece estar iniciando do mesmo ponto de onde partiu seu pai.

A Sra F informa que o marido sempre trabalhou como biscateiro, e em algumas ocasiões não conseguia serviço o que o deixava *"muito nervoso"*. Há três anos, porém, está trabalhando como pedreiro numa firma tendo carteira assinada, ela acha que, por esse motivo, *"tem estado mais tranquilo, bebendo menos"*.

Relata, ainda, que o marido *"nunca foi um pai de sair, brincar ou conversar com os filhos"* mas também nunca deixou de *"botar comida em*

casa", por isso ela agüentava todas as suas agressões. Sabia que sozinha não conseguiria sustentá-los e achava que "*valia a pena*" suportar tudo sem reclamar, para garantir a manutenção dos filhos.

A Sra F compareceu à entrevista com uma hora de atraso, e se desculpou dizendo que estava fazendo faxina numa casa por isso não pode chegar pontualmente. Conta que trabalha como diarista para "*comprar um sapato ou uma roupa para os filhos não parecerem mendigos*", porque o pai é "*muito pão duro*" e acha que só deve comprar comida.

O pai de F demonstra ser uma pessoa rude e, pela descrição da esposa, distante dos filhos, embora tenha tido sempre a preocupação com o sustento básico, a alimentação. Por outro lado, apesar de violento com ela, não agredia os filhos.

A situação desse homem reflete a de milhões de chefes de família oriundos das camadas mais pobres da população brasileira. A falta de oportunidade no mercado de trabalho o impedia de manter um emprego regular que lhe desse uma certa estabilidade financeira para o sustento dos filhos, o deixava "*muito nervoso*".

A bebida alcoólica parece que era usada como anestésico para neutralizar a tensão emocional, assim como as surras na mulher, uma forma irracional de descarregar a frustração pelo insucesso frente à vida.

Para conseguir suportar o sofrimento na vida conjugal, a Sra F procurou ajuda na religião e há três anos passou a freqüentar a Igreja Universal. Relata que se sente um pouco mais confortada e apoiada, chegando até a considerar que o marido também mudou, mesmo não participando dos cultos.

Acha também que o fato de ter-se convertido, o ajudou a diminuir a bebida, não explica, porém, como e porque isso teria acontecido, só observa que agora "*só toma umas cervejinhas no fim de semana*". A entrada da Sra F para igreja coincide, porém, com a época em que o marido passou a trabalhar na firma de construção civil e adquiriu maior estabilidade profissional.

Ao falar de sua história de vida, a Sra F faz questão de ressaltar que seus pais eram casados no civil e no religioso. Lembrando a infância, diz que a situação que mais a marcou, foi o alcoolismo de seu pai e as brigas

constantes dele com sua mãe. Ele era caminhoneiro, por isso os períodos mais tranquilos eram aqueles em que viajava e passava um longo tempo em Minas Gerais, onde moravam os pais dele.

A Sra F, não por acaso, escolheu um companheiro muito parecido com seu pai, a dinâmica de sua vida familiar atual não difere muito daquela que viveu na família nuclear. Ainda assim, seu casamento já dura dezoito anos, como se houvesse buscado uma situação afetiva já conhecida.

Sobre sua mãe, a Sra F diz gostar muito dela e sempre terem tido uma relação *“muito boa”*, embora houvesse pouco contato uma vez que passava o dia todo fora de casa, trabalhando. Por esse motivo foi praticamente criada pela irmã mais velha.

Apesar do pouco convívio com sua mãe, a Sra F provavelmente teve na irmã mais velha, que verdadeiramente a criou, a figura acolhedora internalizada com quem se identificou ao tornar-se mãe. Quando a Sra F já estava casada, seus pais se separaram e a mãe passou a viver com um companheiro, que *“não faz nada”*, vive às custas da mãe que *“trabalha muito”* e ainda é ajudada por alguns filhos como ela própria que contribui com vinte reais mensalmente. Seu pai ainda é vivo, trabalha, e *“mora num quartinho, paga o aluguel dele, luz, água, etc”* e diz que se não fosse o companheiro da ex-mulher ele também a ajudaria. A Sra F mantém um contato regular com o pai, visitando-o *“sempre que pode”*.

Da mesma forma que a Sra F fez questão de citar os nomes dos filhos, informou também os nomes de todos os oito irmãos fazendo comentários sobre cada um, são eles: as duas mais velhas que a criaram, depois dela, tem um irmão que também frequenta a sua igreja, outra irmã e os dois mais novos que ela cuidava quando eram crianças.

Um dos irmãos fugiu de casa porque o padrasto batia muito nele, também foi interno no CRIAM, fugiu e sozinho foi viver nas ruas em Niterói, onde ficou por um ano sem que ninguém soubesse de seu paradeiro. Voltou para casa espontaneamente e ficou até que foi morar com uma vizinha que resolveu criá-lo. Morou com ela alguns anos, depois mudou-se para casa de uma prima onde ficou ajudando nas tarefas domésticas até arranjar um emprego, casar e ter sua própria casa.

A Sra F fala orgulhosa que este irmão hoje é casado, trabalha e tem uma vida regular, mesmo tendo sido um adolescente problemático. A irmã mais nova também fugiu de casa quando o padrasto quis estuprá-la. Ficou pelas ruas, arranjou um companheiro e tem dois filhos.

A Sra F chegou à entrevista acompanhada de um menino pequeno, muito magro aparentando ter cerca de seis anos, no máximo, ao ser perguntada se também era seu filho informou que era um sobrinho, tinha oito anos e que *"está por conta do juiz também, porque fugiu de casa"*. O menino é filho da irmã caçula que também foi menina de rua.

Parece haver uma característica familiar que se apresenta em duas gerações, dois irmãos da Sra F e um sobrinho fugiram de casa e viveram nas ruas, o filho, apesar de não ter se tornado habitante das ruas, além do ato infracional, fugiu da instituição onde se encontrava.

Os quatro passaram por situações que os levaram ao Juizado da Infância e Juventude, ou nas palavras da Sra F, estão ou estiveram *"por conta do juiz"*. Parece que esse é o motivo pelo qual a mãe do adolescente fala, aparentemente sem emoção, da internação do filho em instituição tida como violenta.

Talvez a família tenha adquirido, ao longo do tempo, uma convivência com tal situação e a Sra F cultive a esperança de que a vida de seu filho na fase adulta siga a mesma trajetória da dos tios que, segundo ela, hoje trabalham e constituíram família.

5

Considerações Finais

A partir do estudo dos seis casos de famílias de adolescentes em conflito com a lei, observa-se a existência de alguns traços que, por serem comuns à maioria deles, representam características da população estudada.

No que se refere às relações precoces entre mães e filhos, fizeram-se presentes, na maioria dos casos, sentimentos de grande rejeição por parte daquelas, que demonstraram desejo explícito de eliminação da gravidez, através de várias tentativas de abortos. Essa recusa em ser mãe é claramente verbalizada nas entrevistas.

Podemos observar também o abandono físico ou afetivo em época muito precoce do desenvolvimento do filho, como no caso do adolescente deixado aos cinco meses pela mãe *“para fazer compras”*, não voltando mais.

Por outro lado, chama atenção o fato de que, em algumas famílias, a rejeição materna se revela especificamente em relação a filhos de sexo masculino, o que se revela em frases como: *“não queria filho homem porque vai ser bandido”* ou *“a ruindade dele começou aos 2 anos”*.

Em outras situações essa recusa se expressa de forma mais sutil como no caso em que, não tendo êxito em abortar, a mãe relata que conformou-se mas, por ocasião do nascimento, teve uma decepção porque *“esperava mulher e comprou tudo rosa”*. Assim como na família com três filhos em que o único filho homem foi também o único a não ser amamentado, *“porque não pegou o peito”*.

A condição de absoluta dependência do bebê pressupõe que o atendimento às suas demandas seja vivenciado por ele como sinônimo de amor. Podemos, portanto, dizer que, quando existe rejeição ou falhas graves na capacidade da mãe em empatizar com as necessidades do bebê, instala-se também uma lacuna afetiva e uma introjeção deficiente desse modelo de identificação. A falha afetiva fará parte da constituição psíquica da criança e

poderá se expressar mais tarde através de insegurança e debilidade para enfrentar a vida, muitas vezes compensada com agressividade desmedida.

A ausência da figura paterna é também uma constante na vida dos adolescentes. Em sua maioria, as relações com o pai foram inexistentes, em consequência de separação do casal parental e abandono da família por parte do pai ou por sua morte prematura.

Quando presentes, esses pais revelaram dois tipos de postura antagônica, ou mostraram-se indiferentes ou estabeleceram relações violentas com os filhos. Observa-se que a agressividade paterna nem sempre teve como foco os filhos, na maioria das vezes, as companheiras eram alvo de sua fúria e eram espancadas na presença dos filhos. A partir desse tipo de situação, temos o jovem que em determinada ocasião, resolve pegar uma pedra para *“matar o pai”*, gesto que é respondido pelo pai da mesma forma, com uma pedra se propõe a *“matar o filho”*.

Até mesmo a convivência com padrastos não se mostrou importante nas vidas dos adolescentes, como substitutos paternos. Estes, de uma forma geral, não se envolveram afetivamente com os enteados, nem mesmo nas brigas destes com suas mães, ou na situação da detenção por seu envolvimento com o tráfico de drogas.

O exercício da função paterna, na maioria dos casos, ficou a cargo das mães, que, de uma forma geral, não conseguiram desempenhar adequadamente nem mesmo a função materna. Elas também não puderam estar muito presentes na educação dos filhos em função da carga horária de trabalho, necessária para manter a família. Muitas se queixaram do peso da responsabilidade que sentiam em *“ter que ser pai e mãe ao mesmo tempo”*.

Esse quadro se revela principalmente no caso em que a mãe, ao descobrir a ligação do filho com traficantes, conta que passou a noite toda chorando, sem ter com quem falar. No dia seguinte, procurou o Juizado da Infância e Juventude e, segundo suas palavras, *“entreguei meu filho à promotora”*.

Da mesma forma que o bebê ao nascer, a mãe também necessita da presença do outro principalmente logo após o nascimento do filho. Ela não tem existência independente do tecido familiar e sócio-cultural, que lhe dá sustentação e a legitima em seu papel.

As mães aqui estudadas não contaram com muitos recursos neste sentido, no máximo, algumas ligaram-se a uma vizinha, outras recorreram às próprias mães, outras ainda, não tiveram com quem contar que lhes desse a sustentação afetiva necessária para criar os filhos.

A boa maternagem, assim como suas falhas, tem origem nas relações que a criança vai estabelecendo com a mãe, pai, avós, bem como na situação social em que a família se encontra e nas características de seu meio sócio-cultural em determinado momento histórico.

Algumas mães ao opinarem sobre o que levou os filhos a se ligarem ao tráfico de drogas, consideram que eles foram *“levados pelas más companhias”* e atribuem esse comportamento à *“falta de um homem em casa”*. Parece que têm uma percepção de que o pai, se estivesse presente, teria autoridade sobre o adolescente, o que elas não tiveram.

Por outro lado, chama atenção um quadro freqüentemente observado, aqueles jovens que conviveram com os pais, internalizaram e se identificaram com uma figura muito violenta. Parece que estabeleceram internamente uma relação entre ser homem e ser agressivo. O pai era visto freqüentemente alcoolizado, os agredia fisicamente bem como a suas mães.

Na vida do adolescente em conflito com a lei, o álcool foi substituído pelas drogas e sua agressividade se expressa, em alguns casos, contra as próprias mães e irmãos e, em outros, contra a sociedade, em assaltos à mão armada.

Na teoria psicanalítica, o complexo edípico ocupa, segundo Freud, um lugar central na construção da identidade do indivíduo. Sua dissolução marca a internalização do superego e a conseqüente entrada do sujeito na cultura.

Como representante da lei, a função do pai é exercer a interdição, ou seja, impor limites, promover a separação da díade mãe-filho. A presença de ambos os pais nessa fase da vida é de grande importância. Ela torna-se o alicerce do que se desenvolverá como superego, isto é, um outro ego que se sobrepõe ao ego.

A partir daí, o superego torna-se um modelo para o ego, da mesma forma que, anteriormente, os pais o foram. Estes, porém, continuarão sendo modelos, embora já fazendo parte do mundo interno da criança, como pais

internalizados. Tornam-se elementos definitivos na constituição psíquica, como a instância que Freud denominou de superego.

É consenso também entre autores ligados às diversas correntes do pensamento psicanalítico, que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento, ressaltar a importância primordial das figuras materna e paterna para a constituição da identidade do sujeito.

Dos seis casos estudados, somente um adolescente foi criado por pais que vivem juntos há dezoito anos, embora tenha sempre presenciado as brigas do casal e as surras que seu pai dava em sua mãe.

Podemos dizer que esses jovens tiveram que lidar com dificuldades emocionais em várias etapas da vida. Além das lacunas afetivas no início da vida, relacionadas à carência na relação com a figura materna, houve também grandes falhas na introjeção da figura paterna como modelo de ego e na construção do superego.

Winnicott (1987, [1939]) no artigo *Natureza e Origens da Tendência Anti-Social* discorre sobre os diferentes níveis de contenção da agressividade existentes ao longo do desenvolvimento, com os quais o indivíduo se depara.

O primeiro deles é o corpo da mãe, ainda na vida intra-uterina, depois são seus braços, no colo, passando, em seguida, para a relação com a figura paterna interditora, posteriormente o contexto familiar de uma forma geral, incluindo tios, avós e demais parentes.

Nas etapas seguintes, entra em cena o ambiente externo à família, onde a escola é a primeira instituição que tem a função de estabelecer limites. Ela representa mais um nível de contenção e mesmo de sublimação da agressividade. A sublimação se efetuará através da canalização dos impulsos agressivos para o aprendizado, bem como para os jogos desenvolvidos no ambiente escolar.

Na adolescência o nível de contenção será mais amplo, estará representado por instituições e autoridades como poder policial nas delegacias e poder judiciário nos juizados de menores.

Finalmente na idade adulta, esse papel vai ser desempenhado por policiais na manutenção da ordem e também por diversas autoridades que atuam na preservação das leis do país.

As falhas na aceitação de limites sociais observadas nos jovens aqui estudados, se expressam na prática do ato infracional, através do qual buscam alcançar seus objetivos de forma imediata, independente do cumprimento de regras e leis da sociedade.

Podemos observar que, em sua maioria, esses adolescentes têm dinâmicas familiares semelhantes. As mães, de um modo geral, os rejeitaram no início da vida, e estiveram ausentes dos cuidados em sua infância. Dificuldades de relacionamento entre mãe e filho surgem, ou se tornam evidentes, principalmente a partir da entrada na adolescência.

Essas mães desempenharam funções de chefe de famílias constituídas por três a quatro filhos, em sua maior parte, frutos de vários relacionamentos. Os pais, por sua vez, são figuras ausentes física ou emocionalmente, e no caso daqueles que conviveram com a figura paterna, esta era violenta.

O meio familiar em que esses jovens cresceram é marcado pela hostilidade, uma vez que também as relações entre os membros do casal parental são muito difíceis, marcadas por constantes brigas. Por outro lado, há vários casamentos das mães, assim, os jovens também conviveram com mais de um padrasto e vários meio-irmãos. Observa-se que o estatuto da violência permeou as relações familiares desde o nascimento deste que, ao entrar na adolescência, cometeu o ato infracional.

Ao investigar a infância das mães dos adolescentes, pode-se observar um quadro extremamente parecido, foram também criadas pelas mães sozinhas, tiveram pais e/ou padrastos ausentes ou quando presentes em sua educação, eram alcoólatras e violentos, as espancavam bem como às suas mães.

Pelo fato delas mesmas, no presente, tal como suas mães no passado, precisarem trabalhar em jornada integral para sustentar a família, muito precocemente os filhos deixaram de contar com sua presença só as vendo à noite e, nos fins de semana.

Pela história de vida dessas mulheres parece ter havido, também, importantes falhas afetivas em sua constituição psíquica, principalmente na internalização da figura materna. Essa carência se constitui em um importante dado para entender a atual dificuldade em dar aos filhos o carinho,

cuidado e a proteção que não tiveram. Assim, a imago materna, bem como seus cuidados, foram internalizadas deficientemente.

A figura paterna é descrita, na maioria dos casos, como ausente ou violenta, surgindo como lembranças mais pungentes da infância, aquelas relacionadas às constantes agressões físicas. Chama atenção o fato de que, por mais que se queixem do tratamento tirânico ou ausente de seus pais, escolheram companheiros com as mesmas características.

Como vimos, a maioria das mães dos adolescentes têm que desempenhar papéis de pai e mãe na educação dos filhos. Enfrentam grandes dificuldades em relação a essa dupla tarefa, principalmente, no que se refere ao exercício da autoridade. Parece que tal situação se deve ao fato de que elas, também, possuem grandes falhas na introjeção da função paterna.

Tiveram pais ausentes ou muito tirânicos e é essa a imago de autoridade que guardam em seu mundo interno. Dessa forma, desempenhar a função paterna, seria optar por uma das duas atitudes. Fugindo da opção tirânica, assumem o extremo oposto, a posição ausente e, assim, não conseguem impor limites, principalmente, quando o filho torna-se adolescente.

A construção do ego se faz já a partir das primeiras internalizações do bebê na época mais remota da vida na fase de amamentação e vai se complementar pela continuidade das relações com mãe e com o pai.

As lacunas afetivas derivadas das introjeções precoces deficientes, vão se revelar, mais tarde, através de baixa auto-estima bem como através de falhas na capacidade de auto-preservação e na dificuldade em respeitar limites.

Pode-se observar o *deficit* na capacidade de auto-preservação, derivada da baixa auto-estima nos adolescentes em conflito com a lei que, ao cometerem ato infracional, se colocam em risco, inclusive de vida, na maioria das vezes, sem percebê-lo.

Por outro lado, é clara a dificuldade em aceitar os limites impostos pela sociedade. Como qualquer adolescente, primam pelo imediatismo e por não suportarem a frustração de não possuir o que desejam. Parece que essa dificuldade, porém, é acentuada nos adolescentes em conflito com a lei, pela

deficiente introjeção da figura paterna. Em algumas situações essa figura é buscada no traficante que como um ídolo ou modelo, é o pai violento mas presente, que exige o cumprimento de suas tirânicas leis e impõe limites severos.

Winnicott (1946) estabelece uma relação entre a tendência anti-social que se revela na adolescência e a privação afetiva precoce. Partindo do pressuposto segundo o qual o amor dos pais é essencial para a apreensão dos limites da realidade que será a base da assunção de valores sociais. Se houve graves falhas afetivas nessa etapa remota do desenvolvimento, podemos deduzir que houve um prejuízo na constituição do sujeito.

A partir de uma ótica social, pode-se afirmar que o nascimento de uma criança, não se resume a um acontecimento circunscrito ao meio familiar. Ele ultrapassa essa fronteira e se constitui em um fenômeno social, abrangendo um universo muito mais amplo.

A expressão de tal fenômeno se revela no modo como é vivenciada, pela comunidade à sua volta, a chegada desse bebê. Serão transmitidos ao pequeno ser, cultura e valores do tecido social onde sua família se encontra inserida em determinado momento histórico.

As comunidades onde as famílias estudadas residem são bastante pobres, e lideradas por traficantes de drogas. Para os jovens, objeto desse estudo, que vivem situação de abandono e desamparo desde sempre, o uso da droga surge no centro do cenário de suas vidas como uma saída, um meio de superar dificuldades afetivas.

A entrada no universo do tráfico de drogas expressa, por um lado, a falta de opção em relação a um futuro profissional para esse adolescente, por outro, o imediatismo que o leva a desejar alcançar rapidamente uma situação econômica que lhe permita consumir roupas e sapatos de marcas famosas, ítems que, segundo os próprios adolescentes, lhes conferem *status*. Parece ser esse o meio encontrado para lidar com sua baixa auto-estima, desejando mostrar-se uma pessoa mais importante do que, em realidade, se sente.

O sentimento de desvalor é fruto dentre outros fatores, das deficiências nas relações afetivas precoces, bem como da situação de pobreza que o exclui e o faz viver à margem da sociedade.

A “*solução*” encontrada é o trabalho junto aos traficantes, que não só lhe dá um retorno financeiro que de outra forma não atingiria, como através desse atalho conquista a importância e o *status* desejado. Observa-se tal situação através da frase de uma das mães, segundo a qual, o filho foi detido quando portava uma arma emprestada porque “*queria fazer bonito para as meninas*”.

Esse jovem pobre, nascido na Baixada Fluminense, vive visceralmente a exclusão social desde o nascimento, como consequência de sua condição sócio-econômica. Contraditoriamente, através da prática do ato infracional, conquista sua “*inclusão*” num universo de dupla exclusão onde se alia o estigma da pobreza ao da marginalidade. Por outro lado, passa a ter uma visibilidade social em sua comunidade que antes não possuía.

O adolescente pobre que busca o caminho do tráfico de drogas como meio de subsistência é, dentre outros fatores, fruto da histórica desigualdade social e de oportunidades existente em nossa sociedade e que vitimiza, há quinhentos anos, a população mais desfavorecida.

Esse jovem é construído a partir da exclusão social em que vive, segundo a qual conceitos como cidadania e manutenção dos direitos humanos só costumam se aplicar às classes média e alta, principalmente de cor branca.

6

Referências Bibliográficas

- ACKERMAN, N.(1986) **Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares**. Porto Alegre, Artes Médicas.
- ARMONY, N. (2002) **Poderiam Freud e Winnicott nos ajudar a compreender as transformações morais e éticas de nossos tempos**. Disponível em <http://www.saude.inf.br/> acesso em 13 de setembro de 2002.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F.(1959). **Branco e Negro em São Paulo**. S. P. Companhia Editora Nacional.
- BAUMAN, Z. (1999) **Globalização - As Consequências Humanas**. R J, Jorge Zahar.
- BOLWBY, J. (1984) **Separação, Angústia e Raiva**. SP, Martins Fontes.
- CARVALHO, M.A.(2000) **Violência no Rio de Janeiro:Uma Reflexão Política**. *in: Linguagens da Violência*. RJ, Rocco.
- DARLAN, S.(1998) **Da Infância Perdida à Criança Cidadã**. RJ, Lumen Juris.
- DABORD, G. (1997) - **A Sociedade do Espetáculo**. RJ, Contraponto.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (2002) Ministério da Justiça
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos,
Departamento da Criança e do Adolescente,
Brasília
- FOUCAULT M. (1979) **Microfísica do Poder**. R.J., Graal
- FREUD, S.(1926) **Inibição, Sintoma e Ansiedade**. Obras Psicológicas Completas, Edição Eletrônica Brasileira, RJ, Imago
- _____ (1930) **Mal Estar na Civilização**. Obras Psicológicas Completas, Edição Eletrônica Brasileira, RJ, Imago
- _____ (1908) **Escritores criativos e devaneios**. Obras Psicológicas Completas, Edição Eletrônica Brasileira, RJ, Imago
- _____ (1921) **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. Obras Psicológicas Completas, Edição Eletrônica Brasileira, RJ,

Imago

- _____ (1923) **O Ego e o Id**. Obras Psicológicas Completas, Edição Eletrônica Brasileira, RJ, Imago
- GIDDENS, A.(1991) **As Consequências da Modernidade**, S. P., Unesp
- GÓES, J. e FLORENTINO, M. (1999) **Crianças Escravas, Crianças dos Escravos**. *In: História das Crianças no Brasil*. S.P, Contexto
- IANNI, O. (1988) **Escravidão e Racismo**. S.P, Hucitec
- OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (2000) **Inovação no Meio Rural**. disponível em www.ruraleurope.aeidl.be/ruralpt/biblio/exclusion/exclusion.pdf- acesso em 03/04/2002
- JAGUARIBE, H. (2001) **A Rocinha e o Abismo da Miséria** disponível em <http://jbonline.terra.com.br/>, acesso em 2/8/2001
- J B Online (2002) Estatística do IPEA, disponível em <http://jbonline.terra.com.br/>, acesso em 22/4/2002
- _____ (1903) **Pereira Passos Manda Demolir o Rio Colonial** disponível em <http://jbonline.terra.com.br/jseculo/1903.html> acesso em 13/7/2002
- MAHLER, M. (1977) **O Nascimento Psicológico da Criança**, RJ, Zahar
- MONTEIRO, M. **Missão quase impossível**. Seção Revista, disponível em <http://www.vivafavela.com.br/> acesso em 12/09/2002
- NASCIMENTO, E.P.(2000) **Dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários**. *In: No Meio da Rua*. R.J, Garamond
- O DIA Online (2001). **Mulheres Chefes do Tráfico de Drogas**. seção Rio, disponível em <http://odia.ig.com.br/>, acesso em 3/6/2001
- O ESTADO DE S.PAULO. **Exclusão Social**. seção Economia, disponível em <http://www.estadao.com.br/economia/>, acesso em 22/7/2001
- O GLOBO Online(2002). **Infância e Crime**. seção O País, disponível em www.oglobo.com.br, acesso em 23/9/2002
- _____ (2002). **O Primeiro e Último Emprego**. seção Rio, disponível em www.oglobo.com.br, acesso em

8/12/2002

PÁDUA, L. (2001) **Evangelizar uma Cultura Violenta**, Cadernos CERIS, RJ, PUC

PRIORE, M. e VENÂNCIO, R.P (2001) **O Livro de Ouro da História do Brasil**. RJ, Ediouro.

SALLAS, E. (1977) **Aportes al estudio del papel del padre em relacion con el narcisimo**. 2o Bol. II Congresso Interno, SPRJ

SEVERO, H (2001) **Banditismo Social** - O Globo Online, disponível no site www.oglobo.com.br - acesso em 1/10/2001

SOARES, L.E. (2000) - **Uma Interpretação do Brasil para Contextualizar a Violência**. *in: Linguagens da Violência*, R J, Rocco

WINNICOTT, D. (1975) **O Brincar e a Realidade**, RJ, Imago

WINNICOTT, D.(1997), **A Família e o Desenvolvimento Individual**. S.P, Martins Fontes